



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS

NARRADORAS DO BATUQUE: PROTAGONISMO E IDENTIDADE
NO QUILOMBO DO SERROTE



ELAINE LOPES DE SOUZA

Brasília – DF

2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS

ELAINE LOPES DE SOUZA

NARRADORAS DO BATUQUE: PROTAGONISMO E IDENTIDADE
NO QUILOMBO DO SERROTE

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília-UnB.

Orientadora: Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Brasília – DF

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Elaine Lopes.

Narradoras do Batuque: Protagonismo e Identidade no Quilombo do Serrote / Elaine Lopes de Souza. - Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

122 p.

Orientadora: Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS.

1. Mulheres. 2. Quilombo. 3. Quilombo do Serrote - PE. I. Saraiva, Regina Coelly Fernandes. II. Universidade de Brasília. III. Centro de Desenvolvimento Sustentável. IV. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Elaine Lopes de Souza

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Narradoras do Batuque: Protagonismo e Identidade no Quilombo do Serrote

ELAINE LOPES DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília-UnB.

Banca Examinadora:

Brasília - DF, 25 de maio de 2017.

Professora Doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva
Orientadora

Professora Doutora Tânia Cristina da Silva Cruz
Examinadora - FUP

Professora Doutora Cristiane de Assis Portela
Examinadora - MESPT

Professora Doutora Maria da Glória da Veiga Moura
Examinadora - MESPT

*À minha família, que sempre acreditou em mim.
Às mulheres do Batuque e da Associação do Cupira.*

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, pois sem ele não estaria aqui. Aos meus pais, que sempre lutaram para que eu realizasse todos os meus sonhos. A Maria do Serrote, que sempre inspirou as minhas lutas e, com o seu exemplo de vida fez que eu pudesse estar aqui hoje. Ela me ensinou a ser sempre justa com as pessoas.

A minha Dinha, que foi um anjo em minha vida e que mostrou a importância do trabalho social e da importância da adoção e de poder transformar e modificar a vida de alguém.

A Gênesson Alves, pela ajuda e paciência nas minhas ausências e por ter me ajudado na realização deste trabalho, pelo amor e dedicação que sempre teve e que terá por toda a minha vida.

Às minhas tias que me incentivaram à conseguir tudo que eu quisesse e por terem me ensinado a valorizar a minha identidade negra.

Às minhas irmãs, por terem sido sempre minhas amigas, pelos conselhos nos momentos de nervosismo e pela amizade que dedicaram a mim.

Às mulheres do Quilombo do Serrote que me ensinaram o batuque, proporcionando-me a oportunidade de lutar pela cultura do meu povo, pois sem as contribuições e os exemplos de vida delas, este trabalho não teria sido realizado.

A Gênesson Alves por ter provado o seu amor e sua dedicação a mim.

A minha orientadora, pela paciência, fé e contribuições na realização deste trabalho.

Aos professores e colegas do MESPT, por terem me ensinado muito.

A Cris Portela, por ter me ajudado a organizar as minhas ideias neste trabalho e a sua contribuição como professora do MESPT.

A Mônica Nogueira, minha borboletinha, que irá inspirar-me, durante toda a minha vida, com dedicação e amor com as pessoas, ao mundo e ao MESPT.

A Givânia Silva, por ter acreditado no potencial deste trabalho e na importância de realiza-lo para o Movimento Quilombola.

Aos amigos e amigas que me estimularam e acreditaram em mim, em particular Alfredo Neto, que me ajudou a ilustrar este trabalho.

Aos meus filhos Michael Lopes e Ydandi Lopes, Helena Adanna Lopes, Rocco Lopes e Elis Regina Lopes que por meio dos sonhos que tive com vocês, me fortaleceram a vontade de ser e realizar obras importantes como esta, que ajudará na luta do quilombola e a favor das histórias ancestrais africanas contra o preconceito religioso.

Obrigada a todos e todas que colaboraram com a concretização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar histórias de vida de mulheres do batuque no quilombo do Serrote, identificar o processo identitário e luta pelo território, além de discutir as contribuições dessas mulheres na defesa e identidade do quilombo. A comunidade foi reconhecida como quilombola em março de 2008 pela Fundação Cultural Palmares e enfrenta desafios na luta pela defesa do território, como ameaças vindas com a construção da hidrelétrica de Riacho Seco e Pedra Branca. Esta pesquisa foi realizada a partir das experiências de vida das mulheres do batuque do Serrote que é uma dança tradicional de descendência africana e que representa uma continuidade da cultura quilombola. A história oral é a base metodológica deste trabalho. Por meio de histórias de vida de mulheres do batuque no quilombo do Serrote foram realizados levantamentos e registros que mostram a luta pela defesa do território. O trabalho das mulheres do Serrote com o batuque tem vital importância na história e na luta em defesa dos direitos quilombolas, pela regularização do território, contra projetos hidrelétricos na região e, em especial, fortalece a identidade do povo do Serrote. As histórias das mulheres do batuque são uma rica herança deixada por essas personagens que tanto fizeram e fazem para estimular os jovens a lutarem pelos direitos de seu povo e, principalmente, estimular o sentimento de pertencimento e descendência de um povo que lutou pela permanência de suas raízes vivas. Pelas mãos e voz destas mulheres, são transmitidas histórias dentro da comunidade. Pensar em um futuro para a comunidade do Serrote é também pensar na continuidade do trabalho dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres, Batuque, Quilombola, Quilombo do Serrote, Direito, Território.

ABSTRACT

This thesis aims to present stories of the Batuque's women life in the quilombo do Serrote, identify the identity process and fight for the territory, as well as to discuss the contributions of these women to the defense and identity of the quilombo. The community was recognized as quilombola in March 2008 by the Fundação Cultural dos Palmares and face challenges in the fight for the territory defense, such as threats from the construction of Riacho Seco and Pedra Branca hydroelectric plants. This research was conducted from the life experiences of Batuque do Serrote women which is a traditional dance African origin dance that represents the continuity of the quilombola culture. The oral story is the methodological base of this work. Through the life of Batuque's women in the quilombo do Serrote stories surveys and records were made which shows the fight for the defense of the territory. The work of women's Serrote with the Batuque has a vital importance in the history and in the struggle in defense of the quilombolas right, for the regularization of the territory, against hydropower projects in the region and, in particularly, strengthen the identity of the Serrote's people. The stories of Batuque's women are a rich heritage left by these characters that have done so much and still do to stimulate the young people to fight for the rights of their people and mainly to stimulate the feeling of belonging and descent of a people that fought for the their roots to remain alive; by the hands and voice of these women, stories are passed on within the community. To think in a future to the Serrote' community it is also to think in the continuity of the work of these women.

Keywords: Women, Batuque, Quilombola, Quilombo do Serrote, Law, Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista do Velho Chico sobre o Pé de Serrote	15
Figura 2 – Mapa da localização de Santa Maria, (PE)	21
Figura 3 – Mapa da região do Quilombo do Serrote	24
Figura 4 – Distância entre a cidade de Santa Maria e a Comunidade Quilombola do Serrote.....	24
Figura 5 – Entrada para o quilombo do Serrote.....	25
Figura 6 – Antiga Casa de Farinha	27
Figura 7 – Os pescadores tecendo a rede de pesca	28
Figura 8 – Encontro Marta Rocha e Sônia Ribeiro	31
Figura 9 – Imagem feita pelas crianças do Serrote.....	32
Figura 10 – Desenho dos educandos	33
Figura 11 – Desenho dos educandos sobre a comunidade	33
Figura 12 – Desenho dos educandos	34
Figura 13 – Desenho dos educandos	34
Figura 14 – Desenho dos educandos	35
Figura 15 – Capela do Bom Jesus da Lapa.....	36
Figura 16 – Gruta de Nossa senhora.....	37
Figura 17 – O Batuque nas pedras das Emas.....	38
Figura 18 – Localização da Barragem de Riacho Seco	41
Figura 19 – O Rio São Francisco.....	42
Figura 20 – Localização da Hidrelétrica de Riacho Seco e Pedra Branca	43
Figura 21 – Aula de batuque para as crianças	51
Figura 22 – Mostra africanos dançando na época da escravidão	52
Figura 23 – Albino e o batuque	55
Figura 24 – Escola Araújo Jorge	62
Figura 25 – Primeiro desfile quilombola em 2008.....	64
Figura 26 – Brincantes do Batuque do Serrote e Reisado do Inhanhuns	65
Figura 27 – Dança do batuque. Trabalho pedagógico com o batuque e as crianças.....	66
Figura 28 – Crianças no Pé do Serrote	70
Figura 29 – Mulheres do Batuque do Pé do Serrote.....	73

Figura 30 – “Sou Maria do Serrote, Maria do Chapéu, Maria do Povo, Maria da gente,	75
Figura 31 – Marta Rodrigues da Rocha	78
Figura 32 – Maria de Lourdes Rodrigues Lopes	79
Figura 33 – Maria Dulce Torquato	81
Figura 34 – Albertina Marques Gomes.	82
Figura 35 – Patrocina Marques Gomes	83
Figura 36 – Pedrina Marques Gomes	84
Figura 37 – Zenilda Marques Gomes	85
Figura 38 – Edvânia Santana de Souza	86
Figura 39 – Aparecida Lopes de Souza	87
Figura 40 – Cássia Sirleide Lopes Souza	89
Figura 41 – Contação de histórias no Quilombo	91
Figura 42 – Mulher Negra e Fé.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FCP – Fundação Cultural Palmares

FFPP – Faculdade de Formação de Professores de Petrolina

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUP – Faculdade UnB Campus Planaltina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MESPT – Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e Terras Tradicionais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

SEPPIR – Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

UNB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

Carta do Xamã	14
INTRODUÇÃO.....	15
Cantar e dançar o batuque	15
Brincando com os encantos espirituais.....	20
Um pouco de Santa Maria da Boa Vista.....	21
Entre a Serra e o Velho Chico	23
Reconhecimento Quilombola	29
Aspectos sociais e econômicos do Serrote	38
Ameaças ao território: direitos roubados.....	39
Fauna e flora no quilombo.....	44
METODOLOGIA.....	46
Os caminhos da pesquisa.....	46
CAPÍTULO 1	51
Batuque: fonte de identidade	51
1.1 Batuque no Pé do Serrote	53
1.2. O ritual da dança do batuque na comunidade Quilombola do Serrote	54
1.3. Encontro: Educação e o Batuque.....	61
1.4 Ancestralidade e o Batuque	66
1.5 O olhar das crianças sobre o Batuque.....	69
CAPÍTULO 2	73
Escutando histórias no pé de Serrote	73
2.1 Religiosidade: Um passo para a tradição do Batuque	75
Marta Rodriguez da Rocha.....	78
Maria de Lourdes Rodrigues Lopes	79
2.2 Cultura: uma ponte para a tradição.....	80
Maria Dulce Torquato	80
Albertina Marques Gomes.....	82

	13
2.3 Arte, trabalho e benzedura.....	83
Patrocina Marques	83
Pedrina Marques Gomes.....	84
Zenilda Marques Gomes.....	84
2.4 Mobilização: A união faz a força	85
Edvânia Santana de Souza.....	85
Aparecida Lopes de Souza	87
Cássia Sirlei de Lopes de Souza.....	89
CAPÍTULO 3	91
Batuque: identidade, mulheres negras e feminismo	91
3.1. Histórias contadas: território e espiritualidade	93
3.2. Espaços de participação: protagonismo e movimento.....	95
3.3 Mulheres Negras quilombolas do Serrote	99
3.4 Gênero e Quilombo	104
3.5 Mulheres Quilombolas: Protagonismo e Feminismo	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	118

Carta do Xamã

Sempre foi uma responsabilidade muito grande a realização deste trabalho. Desde o início do curso tive visões e sonhos com o xamã. Para quem não sabe os xamãs são os mais antigos representantes ancestrais e que transitam pelos dois mundos: o físico e o espiritual. Na verdade, fiz uma pesquisa recente sobre eles, pois não conhecia suas origens. Sabia apenas que era ligada espiritualmente a eles e que sempre me cobraram uma postura política mais séria. Não entendia, pois sempre imaginei que veria os espíritos dos africanos. Com esses, tive uma visão, uma vez somente, dizendo que estavam torcendo por mim e estariam na Universidade de Brasília, no momento da defesa, me dando força. Mas os que tentaram me orientar, por meio dos sonhos e visões, e ainda continuam tentando, e tendo dificuldade, pois sou muito teimosa, foi a espiritualidade xamã indígena. Falaram que estariam comigo na finalização deste trabalho. Por isso vou dar a voz ao xamã, que apareceu num sonho e trouxe esta mensagem:

Os índios são os nossos ancestrais mais antigos, aqui, no Brasil. É interessante falar sobre isso, pois a negação do direito indígena é uma realidade praticada todos os dias. Falar dessa realidade é dar voz a um clamor que subverte gerações indígenas. O saber indígena foi transmitido ao povo africano que aqui foi trazido, na forma de um sequestro, onde tiveram que, a ferro e fogo, adequar-se numa panela cultural, onde nela inseriram sua riqueza cultural presente em seus costumes e modo de viver e fazer. É inegável que a descoberta desses valores que foi a interação entre a cultura do índio e do africano, tenha muitas vezes deixado de ser lembrado pelas gerações. Essa interação foi e é a mais valiosa riqueza que ocorreu aqui no Brasil e nós os índios da terra, representantes do universo, estamos aqui, para vos lembrar.

Também trago o lamento de dor dos encantados frente à morte dos animais, natureza e pessoas frente às barragens.

Espírito Xamã, que representa as águas do Velho Chico.

INTRODUÇÃO



Figura 1 – Vista do Velho Chico sobre o Pé de Serrote.

Fonte: Elaine Lopes, 2017.

Pelos caminhos do sertão,
Fugindo da escravidão.
Sempre com o pé no chão.
Não sabia o que ia levar
Para esta comunidade formar.

Elaine Lopes, 2017

Cantar e dançar o Batuque

Esta pesquisa apresenta a experiência do Batuque na comunidade do Serrote que se entrelaça com minha história de vida e de outras mulheres. Apresento aqui inicialmente os caminhos trilhados, momentos importantes da minha história, até o ingresso no Mestrado. Minha história começou com Maria Rodrigues Lopes, minha mãe, mulher negra, quilombola, guerreira, fonte de ensinamentos e estímulo para a luta da comunidade do Serrote.

Quando nasci, minha mãe já tinha deixado de morar debaixo de um pé de pau e tinha conseguido construir uma casa na comunidade. Maria Rodrigues teve uma gravidez difícil e meu parto não pôde ser feito na comunidade nem na cidade de Santa Maria da Boa Vista

(Pernambuco), pois não havia médicos especializados que pudessem fazer o parto, sem colocar minha vida em risco.

Então Maria Rodrigues resolveu ir para um hospital em Juazeiro, no estado da Bahia, pois na época minhas tias já moravam lá e poderiam lhe prestar todos os cuidados necessários. Foi assim que eu nasci em Juazeiro, no dia 15 de abril de 1982, depois de um parto complicado. Nasci um bebê pequeno, pesando pouco mais de 1,5 kg, mas que trouxe bastante alegria para a família, que passou a ser de 11 irmãos, sendo cinco mulheres e seis homens.

Até os dois anos de idade, vivi na comunidade do Serrote (Pernambuco) com minha madrinha e tia Maria de Lourdes Rodrigues Lopes, que cuidava de mim, pois minha mãe passava muitos dias fora de casa, trabalhando e envolvida em rezas e novenas pela fraternidade do Carmo e desenvolvendo trabalhos sociais na região. Todo esse cuidado gerou um grande apego a “minha Dinha”.

Dona Maria Rodrigues Lopes sempre se preocupou em colocar os filhos e filhas para estudar em boas escolas. Como as tias já moravam em Juazeiro, e o ensino tinha mais qualidade, então fomos estudar em Juazeiro para ter uma profissão.

A minha infância foi de muita brincadeira, costumava brincar de “casinha” na rua de casa, macaco, elástico, jogos de bola. Mas o que eu gostava mesmo de fazer era ler. Com três anos de idade já sabia ler, tamanha era a vontade que tinha de desvendar o que estava escrito nas paredes das casas e nomes de lojas. Das lembranças de criança, vêm à memória, os livros para adultos que eu lia sobre como educar crianças e filhos.

Quando chegavam as férias era uma alegria, pois podia ir para a comunidade do Serrote. Adorava rever a família, brincar de pedrinhas, tomar banho no Pé de Serrote. Nas lembranças, em cima do monte tinha uma pedra, que parecia com um baú e que eu gostava de ficar sentada em cima, olhando o rio, as casas da comunidade e comunidades vizinhas. Gostava de fazer orações sentada na pedra, sentindo a energia do monte que só quem andou lá pode descrever o lugar mágico que é.

Fui sempre envolvida e influenciada por um misticismo muito forte presente nas lendas e histórias de fantasmas contadas pela família. Todas sempre ligadas à comunidade do Serrote. Cresci acreditando no mundo espiritual, no sobrenatural que permeia a cultura tradicional da comunidade e pela presença do Batuque, pois os mais velhos gostavam de se reunir e contar histórias para as crianças.

A minha formação no curso de magistério aconteceu na escola Edvaldo Machado Boa Ventura, pois o meu desejo era ser professora. Quando terminei essa fase, fiz cursinho pré-vestibular e, no ano seguinte, o vestibular para Direito, na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em Juazeiro, e Letras, na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP-UPE), em Petrolina (Pernambuco). Não passei para Direito, e sim para Letras. Iniciei a faculdade em 2001, e fiz concurso para professora municipal em Santa Maria da Boa Vista, e fui aprovada. Comecei a trabalhar na cidade, enquanto fazia faculdade em Petrolina. Todos os dias percorria 105 km para estudar.

Muitos desafios foram superados pela vontade de lecionar e poder transformar o mundo em um lugar melhor. Houve época que nós estudantes ficamos seis meses sem ônibus e passamos, todo esse tempo, indo de carona para a faculdade. Sabíamos a hora da saída, mas não sabíamos a hora da volta.

Quando terminei a faculdade, fui chamada por um grupo da comunidade para trabalhar e ajudar na Associação Quilombola do Serrote, que a época estava sendo organizada. Foi aí que passei a ser pesquisadora da minha comunidade; poder morar e trabalhar no Serrote tornou possível conviver realmente com a cultura tradicional e voltar às raízes.

Pude confirmar o que Freire fala (1996, p. 16): “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, isso remete a minha vida profissional que foi lecionar na escola e comecei a pesquisar as lendas locais. Esse trabalho de pesquisa mostrou o quanto naquela comunidade havia uma enorme riqueza oral, composta de lendas e “histórias de trancoso” (engraçadas) e, o mais surpreendente, era que as pessoas da comunidade não entendiam o quanto isso era importante. No trabalho como educadora, passei a difundir essas histórias e a discutir com a comunidade a importância delas para a cultura e luta das comunidades quilombolas.

De acordo com Freire (1996, p. 14), “O educador democrático não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” Os problemas enfrentados pela comunidade e a importância da sua cultura passaram a ser trabalhados nas aulas, estimulando o espírito crítico dos educandos: debates e formulação de projetos de intervenção foram estimulados a serem aplicados na comunidade.

O engajamento em questões políticas da comunidade também foi marcante na minha trajetória, em especial na luta quilombola. Como na comunidade já tinha uma associação de

agricultores, resolvi ajudar na regularização de uma antiga associação quilombola que também existia em Serrote. A participação em reuniões representando a comunidade passou a ser frequente, na região, no estado de Pernambuco e em nível nacional. A participação incluía a luta pela regularização fundiária do território; o acesso a políticas públicas de educação, em especial nas áreas de aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; questões de saúde, discutindo doenças que atingiam a população negra; questões relacionado com saneamento básico e preservação do meio ambiente; e questões em torno da assistência social à crianças e idosos da comunidade.

O encantamento pela comunidade e a paixão pelas lendas e histórias orais eram muito fortes. Algumas histórias já eram conhecidas e me estimularam ainda mais a desenvolver o trabalho de pesquisa no Serrote. Em 2008, comecei a coletar histórias que as pessoas contavam. Fui ouvindo, gravando e escrevendo as histórias e surgiu a ideia de produzir um livro para difundir essa riqueza oral da comunidade.

Em 2009, convidei as pessoas mais velhas, dançarinos do Batuque, para ensinar as crianças na escola. Formou-se a partir dessa atividade, o grupo Batuque Jovem da Comunidade Quilombola do Serrote. O Batuque é uma dança tradicional, praticada com uma garrafa na cabeça, latas e muito batuque nos pés. No mesmo ano, fiz a uma especialização em A Linguística e o Ensino de Português, pela FFPP-UPE sempre com o objetivo de qualificar-me para melhorar a educação da minha comunidade.

Em 2010, os alunos de graduação em Jornalismo da (Uneb), convidaram representantes das comunidades quilombolas do Serrote, Inhanhuns e Cupira, para participarem de um livro-reportagem, o Remanescer, que contou por meio de fotos, a história de vida e cultura das três comunidades quilombolas de Santa Maria da Boa Vista, participei representando o Serrote.

O livro destacou personalidades que desenvolveram trabalhos culturais, religiosos e que lutaram pela posse do território quilombola, contra a construção de barragem e preservação do meio ambiente.¹ Algumas citações de poesias feitas por mim, em homenagem ao povo quilombola, também estão presentes no livro. Todos que contribuíram com a produção possuem os direitos autorais para que o material não seja comercializado sem autorização das comunidades quilombolas.

¹ Barragem de Sobradinho, 1971-1980. Escassez de água e peixes na região.

No ano de 2012, a busca pela formação continuou com o curso Desenvolvimento Curricular e Educação Intercultural pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano/*Campus Floresta*, voltado para quilombolas e indígenas do estado de Pernambuco. Nesse curso foram realizadas oficinas e outras atividades voltadas para a interculturalidade entre indígenas e quilombolas com o objetivo de criar uma especialização para indígenas e quilombolas no estado de Pernambuco. Esse trabalho proporcionou imensa alegria e sentimento de que a luta é o caminho para os povos tradicionais na conquista dos direitos negados. Dois anos mais tarde foi criada a especialização para indígenas e quilombolas.

Pela necessidade da aplicação de leis e políticas públicas voltadas para a comunidade e região, criei, em janeiro de 2015, a Fundação de Mulheres Quilombolas para lutar pelas leis quilombolas, aplicação da Lei Maria da Penha e incentivar o empoderamento da mulher na comunidade quilombola do Serrote e de outras comunidades quilombolas do Sertão de Pernambuco e de todo o Brasil.

A aplicação de leis voltadas para os deficientes físicos também foi outra bandeira de luta, motivada pela minha experiência e pelas dificuldades enfrentadas na convivência e na educação do meu irmão surdo. Daí a participação ativa na Associação de Pessoas com Deficiência de Santa Maria da Boa Vista. Constatar que a pessoa surda e negra enfrenta uma dupla gama de preconceitos e vulnerabilidades, mobilizou minha luta pela inclusão social destes grupos.

Não silenciar diante das injustiças sociais e compreender que todos devem ser tratados de forma justa, dentro de suas particularidades e diferenças, independente da cor, religião, modo de ser e viver, movimento social ou partido político, mobilizou em mim atitudes inspiradas na frase de Nelson Mandela² “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. Em minha percepção de mundo, acredito que para tudo na vida, o amor ao mundo, às pessoas e à natureza precisa ser plantado, precisa ser ensinado por meio da educação. Aprendi também e ensino que o saber dos mais velhos, dos antepassados não deve ser esquecido jamais, pois ajuda a nos entender como seres humanos e também entender o planeta que habitamos.

² Nelson Mandela (18 de julho de 1918 – 5 de dezembro de 2013), líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999, Considerado como o mais importante líder da África Negra.

Brincando com os encantos espirituais

Lembro de todas as minhas manhãs, quando ainda era criança, serem povoadas por seres espirituais que brincavam comigo. Às vezes apareciam como crianças e outras como brinquedos, eles se juntavam, formavam castelos que eram montados e desmontados em minha frente e eu adorava brincar com eles.

Um dia na comunidade, foi celebrada uma missa lá no pé de Serrote, acompanhada de uma vigília que durou a noite inteira. Eu estava com uns oito anos de idade e lembro que dormi parte da noite, com a cabeça numa pedra. Como era desconfortável não consegui dormir direito. Queria dormir em casa. Ao amanhecer o dia, pedi para minha irmã Cássia Sirlei de Lopes levar-me para dormir na casa de tia Martinha. Assim ela o fez. Ela me deixou e voltou. Quando entrei no quarto para dormir, olhei para a parede, vi figuras saindo das paredes, flutuando e brincando comigo. Fiquei um tempão brincando com elas. Depois elas voltaram para a parede e fui dormir. Minha vida sempre foi envolta pelos espíritos encantados que sempre me protegiam, conversavam, rezavam, cuidavam ou simplesmente brincavam comigo.

O culto aos ancestrais é comum entre os povos africanos. A crença de que aqueles que já morreram, continuam velando por nós e nos protegendo continua existindo nas comunidades quilombolas. Também a crença espírita, citada no evangelho Segundo o Espiritismo de Allan Kardec (2002), mostra que as pessoas que morrem podem vir a terra para se comunicar. Acredito que Deus me avisou por meio dos “amigos espirituais”, “anjos”, “seres encantados” que eu iria cursar Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt), em 2015. Um sonho revelou-me que eu deveria fazer a inscrição no Mespt, onde estudaria sobre várias etnias. Antes do sonho, pairava uma dúvida, pois eu também queria fazer o mestrado em História da África, na Universidade Federal da Bahia (UFB). Mas o sonho me mostrou que eu tinha que ir para o Mespt. Depois da prova oral, durante a seleção, sonhei novamente que eu iria fazer o mestrado e que tinha o dever de lutar na universidade pelas comunidades quilombolas. Mesmo sem acreditar, aguardei o resultado e, conforme tinha sonhado, fui aprovada. Esta dissertação é parte da concretização daquele sonho.

Um pouco de Santa Maria da Boa Vista

Santa Maria da Boa Vista é uma cidade pequena, composta em sua maior área de zona rural. A área urbana da cidade é muito pequena. Pensar nesta cidade, me faz pensar nos resquícios da colonização. Também me fez pensar numa gama de preconceitos que as pessoas do Quilombo do Serrote tiveram e têm de enfrentar pelas pessoas da cidade, por serem consideradas inferiores, feias, barulhentas, mal educadas.

Santa Maria da Boa Vista é um município brasileiro localizado no estado de Pernambuco (Figura 2), a 611 km da capital, Recife. Entre a serra e o Rio São Francisco, nasceu o Povoado da Igreja Nova, fruto da colonização das Ilhas do Rio São Francisco. A região era povoada pelos índios Cariris, catequizados pelos missionários Franciscanos. Em 30 de janeiro de 1762, o povoado passou a ser distrito e recebeu o predicamento de Vila.



Figura 2 – Mapa da localização de Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco.

Fonte: Wikipédia.

O desbravador do Sertão Garcia D'Ávila, fidalgo nascido na região em 1680, chamou a Vila de Caminho do Gado e, em 7 de junho de 1872, com a sua restauração, recebeu o nome de Coripós, em referência aos índios Kiripós, Caripós e Coripós que habitavam as localidades circunvizinhas. O nome indígena refere-se ao peixe extraído das locas das pedras submersas nas águas turvas do Velho Chico.

Com as inundações de 1792, as Missões Franciscanas existentes na região do Rio São Francisco foram transferidas para fazendas existentes na Vila Coripós. Com o crescimento da população na região, em 7 de junho de 1872, o coronel Francisco Jácome de Carvalho fundou Santa Maria da Boa Vista. Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto Lei estadual nº 952, Coripós passou a se chamar Santa Maria da Boa Vista.

O Padre Francisco Cavalcante, em 2000, coletou vasto material referente aos índios Cariris, também, chamados Coripós, Kiripós e Caripós que habitavam o Inhanhuns e que teriam ajudado na chegada de negros fugidos da escravidão naquele lugar. Em relato afirma que: “Ali viveram e trabalharam os missionários franciscanos com os índios Tapuios Kariris, no século XVIII; o que faz da Ilha de Inhanhum um verdadeiro testemunho do trabalho da Igreja católica nos primeiros momentos da evangelização do Brasil”.

Os casarios antigos da cidade chamam a atenção pelas suas formas arquitetônicas. Visitando-os, podemos viajar no tempo de volta a Santa Maria da Boa Vista Antiga³. Os casarios antigos também contam parte da história da escravização e sobrevivência de indígenas e negros que ali chegaram. A cidade chama a atenção pela sua diversidade por possuir quilombolas, assentamentos e reassentados afetados pela barragem de Itaparica. Mas seus governantes nunca souberam dialogar bem com a diversidade presente nas comunidades e na região. A educação local ainda não está voltada para esta diversidade, apesar de tentativas de implantação de uma política pública de educação voltada para o campo.

A educação do campo tem como base uma a educação voltada para os povos do campo.⁴ O projeto na região teve início em 2008, por meio de oficinas e formação de professores voltados para atender quilombolas, assentamentos, ribeirinhos e reassentados atingidos pela barragem. Participei da implantação da política de educação do campo como coordenadora de educação quilombola, o que me proporcionou uma visão sobre as necessidades das escolas e dos professores, tanto nas comunidades quilombolas, quanto no município. Apesar da qualidade e do potencial da política, ela ainda não conseguiu atingir todo o potencial na região, devido à falta de aplicação de verbas adequadas no cumprimento da política.

A política de educação quilombola tornou-se um problema a ser resolvido na região, já que ela deve atender quatro comunidades quilombolas: Serrote, Inhanhuns, Cupira e Saruê. Atualmente, o município não tem uma política de educação quilombola, descumprindo as Diretrizes Nacionais Quilombolas⁵ ao contratar profissionais e gestores sem formação na área de educação do campo. Também não tem sido atendida as recomendações voltadas para a

³ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_da_Boa_Vista>.

⁴ O Decreto No. 7.352, de 4 de novembro de 2010, institui a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA

⁵ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

merenda escolar, tal como determina a Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 26, de 17 de Junho de 2013.⁶

Entre a Serra e o Velho Chico

A comunidade do Serrote localiza-se a 19 km da cidade de Santa Maria da Boa Vista (Figura 3). Ela recebeu este nome por ter em seu território uma serra que antes era chamada de Pé de Serrote. Depois passou a ser chamada de Monte Carmelo, devido a semelhança, com o Monte Carmelo, localizado em Israel (antiga Palestina). Também teve seu nome relacionado à Fraternidade do Carmo, com a realização de novenas carmelitanas em devoção a Nossa Senhora do Carmo, santa que possui uma imagem dentro da capela, localizada sobre o Monte Carmelo. Hoje é chamada de Pé de Serrote a parte de baixo, onde as pessoas tomam banho, local muito visitado por turistas da região.

As terras da comunidade do Serrote foram, por muito tempo, consideradas pertencentes ao território do Inhanhuns, isso devido ao comércio que existia na época. O poder dos coronéis foi uma marca do território, desde a fundação de Santa Maria da Boa Vista pelo coronel Francisco Jácome de Carvalho. Mas as terras também têm a marca da forte relação dos negros com os índios que viviam na região. Algumas pessoas da comunidade como Maria do Serrote⁷, conta que os índios ajudaram na adaptação dos negros que fugiam da escravidão e que buscaram a região para viver.

⁶ Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

⁷ Maria Rodrigues Lopes. A denominam assim pelas ações feitas na comunidade.



Figura 3 – Mapa da região do Quilombo do Serrote.
Fonte: Google Maps, 2017.

O mapa na Figura 3 mostra a comunidade e a proximidade com o Rio São Francisco. Na Figura 4, é possível visualizar a distância de Santa Maria da Boa Vista para a comunidade do Serrote.

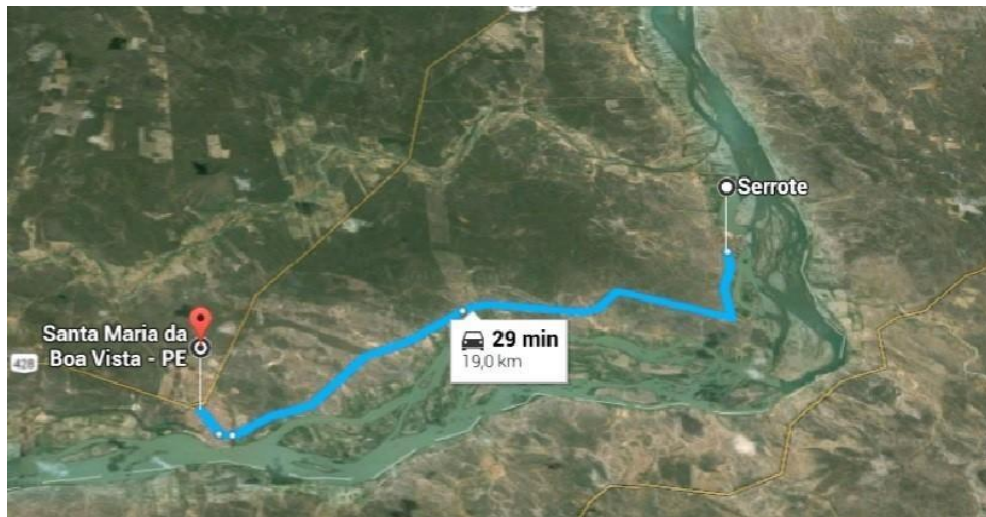


Figura 4 – Distância entre a cidade de Santa Maria e a Comunidade Quilombola do Serrote
Fonte: Google maps, 2017.

Há mais de 50 anos o governo municipal discute asfaltar a estrada que pertence à área ribeirinha do rio São Francisco, onde estão localizadas as comunidades: Marreca, Ambrósio, Jardineira, assentamentos rurais dos Sem Terra, comunidades quilombolas Cupira, Inhanhuns, Serrote, Arial, Barra do Jacaré e Projeto Caraíbas.

O acesso à comunidade do Serrote é fácil, mas a estrada é péssima (Figura 5). As discussões sobre o asfaltamento pararam desde 2004, quando teve início o debate sobre a

construção da hidrelétrica de Riacho Seco e Pedra Branca. Infelizmente, o asfaltamento até hoje está sendo usado como forma de conquistar o voto da população, sendo que nada foi feito para melhorar a estrada e, conseqüentemente, o trajeto para as comunidades da região.



Figura 5 – Entrada para o quilombo do Serrote.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

Maria Rodrigues Lopes (71 anos), referência cultural e religiosa do Serrote, e Telvina Marques Gomes (105 anos), moradora mais idosa, ajudaram a desenvolver a religiosidade na comunidade. Elas contam que a história da comunidade teve início com a vinda da família Cardozo. Família formada por negros escravizados. No início, chegou primeiro a região um dos irmãos com sua mulher fugindo da escravidão, trazendo depois seus irmãos, que trouxeram mulheres de vários lugares do Brasil como Penedo (Alagoas), Serra do Mã (Orocó, Bahia), que também fugiam da escravidão.

Não se sabe ao certo a data da formação da comunidade. De acordo com o Centro de Cultura Luiz Freire e Comissão Estadual Quilombola (2008), a comunidade teria cerca de 200 anos de existência. Essa data baseia-se principalmente no Batuque, expressão cultural da comunidade, e na chegada de uma imagem do Bom Jesus da Lapa (santo padroeiro do Serrote), trazida da Bahia, há aproximadamente 150 anos, e é considerada uma das maiores relíquias da comunidade.

Maria do Serrote conta que, na década de 80, era comum ouvir, à noite, depois das 10 horas o som de tambores, lá em cima do Pé de Serrote. Quando começou as novenas das comunidades, ela teve um sonho com uma multidão de negros que iam embora com a trouxa

na cabeça do Monte Carmelo, como se a partir daquele momento estivessem sido libertadas e pudessem seguir o caminho para Deus. O monte não envolve só a comunidade, mas toda a história de luta de um povo, que não sabe ainda o valor que tem, mas que sabe contar histórias que ouviram com seus pais, avós, bisavós. Essa é uma das maiores riquezas do povo do Serrote.

Maria de Lourdes Rodrigues conta que, em sua memória do tempo de infância, a vida era a de uma comunidade mais unida, onde as pessoas ajudavam uns aos outros na roça e na casa de farinha. “Para fazer a farinha as mulheres se juntavam em uma roda para arrancar mandioca. Nesta época a casa de farinha era manual. A mandioca era bem lavada, na casa anunciada. Lá na croa se ralava a mandioca todinha. Depois os homens iam puxar a roda; a serra chamava bola. Havia uma mulher que colocava na bola e ralava a mandioca inteira. Nesta época se juntavam muitos canários; eles vinham, aquela ruma de passarinho para comer o restante de massa que ficava no chão”. Por isso as mulheres e os homens começavam a cantar:

Xô, xô meu canário
 Meu canário, cantador
 Xô, xô meu canário cantador
 Joguei meu lenço pra cima
 Meu canário cantador
 La na torre de Belém
 Meu canário cantador
 Conversando com meu sogro
 Meu canário, canário cantador
 Conversando como bem
 Meu canário cantador

A figura 6 mostra a antiga casa de farinha que ainda existe e que as pessoas da comunidade usam para fazer sua farinha. É comum a presença de crianças e jovens na produção da farinha na comunidade. O registro foi feito em 2011 numa oficina de fotografia e mostra jovens que fizeram parte da ação, em parceria com o Ponto de Cultura, para o fortalecimento da identidade quilombola. Foram dez educandos do 6º ano da escola Araújo Jorge⁸ e eles adoraram participar. Todos podiam tirar fotos e no dia posterior estava na escola

⁸ Escola Municipal Araújo Jorge.

para serem apreciadas. As fotos tiradas pelos educandos foram expostas, na cidade, no dia 20 de novembro, em comemoração ao Dia da Consciência Negra.



Figura 6 – Antiga Casa de Farinha.
Fonte: Elaine Lopes, 2011.

Em 2014, por meio de um projeto⁹, a Associação Quilombola da comunidade do Serrote recebeu recursos no valor aproximadamente de R\$ 150.000 mil reais do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pro-Rural). Com esse recurso, uma nova casa de farinha foi construída na comunidade, moderna e automática. Mas há quem diga que a farinha não tem o mesmo gosto e por isso vai continuar usando a máquina da antiga casa de farinha da comunidade.

Maria de Lourdes nos conta como era a comunidade antigamente:

“Ô mais era muito bom, aquele tempo, as pessoas se ajudavam mais, as pessoas se respeitavam mais. Os jovens respeitavam os mais velhos. Os filhos respeitavam os pais. Meu pai só bastava olhar e a gente obedecia. As crianças hoje ficaram tão cínicas quanto os adultos. Quando se fala ninguém escuta mais. Aqui tinha o tempo de plantar e colher nas vazantes. Não tinha irrigação, o rio enchia molhavam as ilhas e vazantes, sem nenhum tipo de agrotóxico. As crianças brincavam de roda e os mais velhos de batuque, tinha forró e tinha o São Gonçalo. Os jovens acham que os mais velhos não sabem de nada; a vivência dos mais velhos, não servem mais para nada. Virou uma verdadeira bagunça. Quando havia um grupo de idoso, a gente fazia o nosso grupo longe dos adultos, os pais não podiam passar pelo meio dos adultos, a gente crescia, gente adulta. O medo não existe mais. Mas ficou o respeito. A gente ficava preocupado. E hoje as crianças não têm medo e nem respeito”.

⁹ Projeto da Casa de Farinha do Quilombo do Serrote, 2014

Maria de Lourdes relata sobre uma questão que tem causado muita preocupação na comunidade, o comportamento das crianças e jovens. Ela alerta sobre a educação que está sendo passada às crianças, muito diferente da educação que ela recebeu, por isso muitos jovens não estão respeitando os idosos e as tradições culturais da comunidade.

Até a década de 1950, o rio proporcionava uma rica variedade de peixes. Hoje, os peixes sumiram. O Velho Chico não tem mais aquela grande quantidade de peixes que existia antigamente. Muitas espécies como: surubim (ou pintado), piaú, cabeçudo, ferrete, mandim, pirá, cari, curvina, mantrixã, o Pocomã, entre outros sumiram.



Figura 7 – Os pescadores tecendo a rede de pesca.

Fonte: Elaine Lopes, 2017.

É comum os próprios pescadores fazerem sua rede de pesca para pescar no rio. Esse costume é centenário e foi passando entre as gerações. Mas hoje a quantidade de peixe diminuiu muito. Esta problemática ocorreu depois da construção da Barragem de Sobradinho (Bahia)¹⁰. Dona Albertina Marques conta:

Todos sabiam pescar. Todas as crianças do Serrote nos anos 50 sabiam pescar e faziam a sua linha para pescar. Iam para o mato pegar Caruá, botava dentro d'água; aí pegavam e iam tirar figa, tiravam a baba e pisava direitinho, lavava, depois enrolava uma pedra e colocava os dois anzóis para pegar Caboje. Para pegar outros peixes pegavam uma vara, assoavam o anzol, botavam chumbinho e iam pescar.

¹⁰ Construção da Barragem de Sobradinho, em 1973.

Na comunidade, também existia muita reciprocidade e troca de favores. Quando os homens iam pra roça, se um tivesse precisando plantar mandioca, todos os outros iam ajudar e vice-versa. Para Sabourin (2011), reciprocidade é sinônimo de solidariedade, dependência mútua, fato de ser solidário ou de mutualidade. A mutualidade corresponde a sistemas de solidariedade social baseada na ajuda mútua recíproca dos membros que cotizam. Uma tradição de ajuda mútua que deixou de ser mais forte, mas ainda existe hoje. Também havia troca de alimentos ou mercadorias entre as pessoas na comunidade e também com o quilombo do Inhanhuns e Cupira, que são comunidades vizinhas ligadas por parentesco.

Maria de Lourdes também conta que:

Os casamentos tinham data para acontecer, ou seja, sempre no dia 8 de dezembro ou 25, no Natal. iam para a cidade de cavalo ou de jegue. Os engenhos eram puxados a rodo, todo mundo na ilha tinha uma roça de campo. No tempo da moagem, iam cortar cana e faziam rapadura, batida, garapa azeda, alfenim e mel. Existiam três engenhos: o de Lazaro Rodrigues, o de Antônio Miguel e o de Euclides. No tempo da moagem era bom demais, era uma turma de homens carregando cana e outros jogando. Nos engenhos tinha muito trabalho de cana. As pessoas que faziam potes e panela de barro no quilombo do Serrote era Madalena Rodrigues, Almira Rodrigues da Rocha, Patrocina Marques. Sabiam fazer renda; quando iam pra roça, as pessoas na comunidade costumavam beber água dos potes que eram feitos.

A fala acima citada relata os engenhos e a produção de rapadura; apresenta uma realidade que não existe mais na comunidade. Em relação aos casamentos, hoje ocorrem na capela, mas antes aconteciam na escola Araújo Jorge.

Reconhecimento Quilombola

A luta pela valorização do povo negro fez com que as pessoas da comunidade se organizassem para lutar pelo reconhecimento de ser quilombola. Mas isso só foi acontecendo após várias reuniões sobre pertencimento e identidade negra. Ao conversar com as pessoas sobre a história da comunidade e ao debater sobre a importância de ser negro, elas começaram a refletir sobre suas histórias e perceber que seu valor como pessoas negras. O despertar da importância da identidade negra foi essencial para que a luta pelo território iniciasse na comunidade.

A Comunidade do Serrote foi reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2008. A necessidade da defesa do território, manutenção da cultura e de

melhores condições de sobrevivência estimulou a luta da comunidade pelo reconhecimento com quilombola.

O trabalho pelo reconhecimento teve início com Sônia Ribeiro, socióloga, militante do Movimento Negro, que teve participação fundamental no trabalho de conscientização, fazendo reuniões com os moradores de Serrote, mostrando o significado e a importância de ser uma comunidade quilombola. O processo foi iniciado, em 2007, por meio do Programa de Incentivo a Pequenas Produtoras de Comunidades Negras do Sertão (Programa Produzir), intermediado pelo Instituto da Cidadania¹¹. Esse Programa foi uma política pública do Ministério da Integração Nacional que tinha o objetivo de motivar grupos para trabalhar com cadeias produtivas junto a agentes produtivos locais, gerando organização, autonomia e geração de renda com recorte em raça, gênero e etnia, em parceria com Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Ministério dos Direitos Humanos.

A partir das reuniões, Sônia Ribeiro constatou a descendência africana presente na comunidade, valores culturais, hábitos alimentares e dança típica de origem africana. Por isso estimulou a autoidentificação como quilombola. Nesta época, despertou em um grupo de pessoas a vontade de lutar pelo reconhecimento como quilombola. As mulheres da comunidade foram importantes na luta pelo reconhecimento: Jocelia Barbosa, Maria Rodrigues Lopes, Clotilde da Silva, e outras mulheres junto com Genilton Marques ajudaram no processo de reconhecimento como quilombolas. A comunidade foi reconhecida como quilombola no dia 10 de abril de 2008, pela Fundação Cultural Palmares (Código IBGE nº 2612604). A descendência de negros escravizados, a luta pelo resgate e valorização da cultura local, a regularização das terras e a luta por mais atenção governamental foram mobilizadas naquele momento.¹²

A figura 8 mostra a Sônia Ribeiro e Dona Martinha, uma das mulheres do Batuque em um dos eventos da comunidade sobre a consciência negra, em 2015. Desfiles e ações voltadas para a consciência negra foram desenvolvidas nas comunidades.

¹¹ Instituto da Cidadania do Brasil.Ong Nacional.

¹² Os quilombos do Inhanhuns e Cupira foram reconhecidos também em 2008, no dia 18 de Agosto de 2008.



Figura 8 – Encontro Marta Rocha e Sônia Ribeiro.
Fonte: Elaine Lopes, 2015.

Descrever o trabalho sociocultural de Sônia Ribeiro é falar da luta de uma mulher negra, que saiu do Rio Grande do Sul e por meio do seu trabalho chegou aos quilombos em Santa Maria da Boa Vista. A parceria já tem nove anos de luta contra o racismo, por políticas públicas para o povo negro, mulheres, LGBTTs, indígenas, ciganos e demais povos tradicionais. Somou-se à luta os quilombos Serrote, Inhanhuns e Cupira.

O trabalho de Sônia Ribeiro foi fundamental para fortalecer a identidade da comunidade. A união das mulheres fortaleceu a luta e me uni a elas para regularizar e organizar a antiga associação de agricultores, tomando providências para a regularização, como Associação Quilombola do Serrote, a fim da efetiva busca pela aplicação das leis. O reconhecimento como quilombola me motivou a lutar como professora pela valorização da cultura afro-brasileira, contra o preconceito e as desigualdades raciais no Brasil.

Hoje, a maioria das famílias da comunidade se reconhece como quilombolas. O trabalho pela identidade quilombola vem sendo realizado e discutido em reuniões da Associação para que as pessoas cada vez mais consigam entender o significado e a história da formação da comunidade, a importância de serem quilombolas e perceber a relevância que isso tem na luta pela defesa do território, pela manutenção da cultura e contra o racismo.



Figura 9 – Imagem feita pelas crianças do Serrote.

Fonte: Comissão Estadual Quilombola, Livro Sertão Quilombola, 2008.

O Serrote tem uma peculiaridade diferente que não tem nas outras comunidades da região. A figura 9 mostra as várias partes do território: Serrotinho, as pessoas chamam assim por causa de uma ilha de nome Cardoso, uma homenagem ao homem que deu origem a comunidade. Bebedouro, recebeu esse nome por causa dos animais que bebiam água naquele lugar. Saco, foi denominado assim por conta do percurso das águas que paravam no lugar como se fossem um saco. Manga, chamam assim por conta dos animais (cabras, bodes e ovelhas) que iam para repousar naquele lugar. As pessoas, a partir do povoamento e características de cada lugar, foram atribuindo nomes aos lugares.

Em março de 2017, desenvolvi oficinas de arte com meus educandos do 7º e 8º ano da escola Araújo Jorge, para cumprir a disciplina de Língua Portuguesa com o tema sobre a história da comunidade. Pedi aos alunos que descrevessem o Serrote por meio de imagens. Achei importante apresentar os desenhos produzidos pelas crianças. Na figura 10, a educanda consegue enxergar e representar por meio dos desenhos o Serrotinho, como são chamadas as primeiras casas que deram início a formação da comunidade. Nesta área encontra-se a escola e também se percebe a presença da natureza, incluindo a presença do pé de Serrote. Uma das características de quem vive no local é o envolvimento nas ações religiosas, política ou educacional da comunidade.



Figura 10: Desenho dos educandos.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

A figura 11 apresenta o Bebedouro, área marcada por plantas nativas, com a presença do rio. O aluno representou o lugar com um aspecto feliz bastante colorido, que demonstra o prazer de viver na comunidade.



Figura 11 – Desenho dos educandos sobre a comunidade.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

A figura 12 apresenta a visão dos educandos sobre os Cardoso, mostrando as casas com seus respectivos donos. As pessoas que moram nessa parte têm a fama de ser um povo briguento que não leva desaforo para casa.



Figura 12 – Desenho dos educandos.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

A convivência das pessoas na comunidade do Serrote é bastante tranquila. Os problemas, que às vezes aparecem, são com a invasão de animais nas terras dos outros, devastando algumas plantações, mas também há conflitos por posse de terras.

Na figura 13, aparece parte da localidade chamada Saco. As pessoas que vivem neste lugar são consideradas mais animadas e gostam muito de se divertir. No local encontra-se uma antiga escola que não funciona mais e uma quadra de futebol onde crianças e jovens da comunidade costumam jogar bola e promovem campeonatos com times de outras comunidades.



Figura 13 – Desenho dos educandos.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

A figura 14 mostra as casas das famílias da Manga. É o lugar mais afastado da comunidade e conhecido por sua tranquilidade.



Figura 14 – Desenho dos educandos.

Fonte: Elaine Lopes, 2017.

Essa diversidade de nomes revela que a comunidade foi se agrupando em um mesmo território. Afinidade e parentesco marcam a formação do território. Até hoje é comum às pessoas construírem suas residências próximas as dos seus parentes e assim a família vai crescendo.

De acordo com o último cadastro realizado pela Associação Quilombola, em 2014, para a obtenção de cestas básicas pela Fundação Cultural Palmares, o Serrote possui aproximadamente 178 famílias quilombolas. Esse número pode aumentar ou diminuir em razão das migrações, principalmente de pessoas mais jovens, especialmente os homens, que deixam as comunidades e seguem para o Sudeste ou Sul do país em busca de trabalho, fugindo das dificuldades financeiras e da falta de oportunidade na região. Tornou-se uma tradição na comunidade os homens buscarem trabalho fora e as mulheres ficarem a sua espera.

A comunidade tem forte relação com a igreja católica (Figura 15). Maria Rodrigues Lopes teve forte influência na construção da Capela do Bom Jesus da Lapa, pois foi a partir da iniciativa dela que a Capela foi erguida e agora está sendo concluída com a ajuda das pessoas da comunidade.



Figura 15 – Capela do Bom Jesus da Lapa.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

As novenas ocorrem a partir do dia 6 de janeiro, mês que se comemora o aniversário da gruta. Do dia 10 ao dia 20 de fevereiro, ocorre a festa de São Sebastião. No mês de março, de 9 a 19, festeja-se a festa de São José e início da Paixão de Cristo. Em abril, a Paixão de Cristo se encerra com a ressurreição, com uma caminhada ao Monte relembrando o calvário de Cristo. 1º de maio, é o dia do levantamento da bandeira da Virgem Maria que se estende até o dia 31, com a derrubada da bandeira. No mês de junho, comemora-se São João e São Pedro. No mês de julho, ocorre a festa de Santana, do dia 16 até o dia 26.

Em agosto, tem início a festa do Bom Jesus da Lapa, padroeiro da comunidade. No dia 29, inicia a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em setembro comemora-se a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que há mais de 38 anos deixou-se de festejar. Em 2012, começamos a rezar novamente no período de 29 de agosto a 8 de setembro. No dia 20, é o aniversário do Monte Carmelo. No mês de outubro, do dia 3 a 31, ocorre a festa de Nossa Senhora Aparecida. No mês de novembro, ocorre o novenário do Coração de Jesus. Em dezembro, é a vez da festa dedicada a Nossa Senhora da Conceição, do dia 8 até o Natal.

A Figura 16 mostra a Gruta de Nossa Senhora do Carmo. Foi Maria do Serrote que há mais de 20 anos, construiu a Gruta com ajuda de alguns homens da comunidade, para que as pessoas da comunidade pudessem fazer suas orações. É uma das marcas que destaca o lado religioso da comunidade e a importância histórica, pois foi o início da fraternidade do Carmo e das novenas da comunidade que acontecem até hoje.



Figura 16 – Gruta de Nossa Senhora do Carmo.
Fonte: Elaine Lopes.

As raízes de matriz africana também estão presentes na comunidade, como exemplo nas benzeduras, na produção de chás caseiros, nos remédios feitos com plantas medicinais, nos traços na forma de dançar do povo, na medicina natural. Na forma de benzer as pessoas, as rezadeiras ou benzedadeiras fazem suas orações para afastar quebrantos e mau olhado presentes nas pessoas.

O Monte Carmelo é um dos pontos turísticos mais visitados de Santa Maria da Boa Vista. Antes chamado Pé de Serrote, encanta com uma vista para o Rio São Francisco que banha as suas pedras e uma vegetação que compõe a paisagem repleta de plantas. Inicialmente Frei Paulo induziu Maria do Serrote a se preparar espiritualmente, baseado na história do profeta Elias e estimulou a fazer a fraternidade do Carmo¹³ e as caminhadas ao monte. A orientação era construir sobre o ponto mais alto do pé de Serrote uma cruz, mas Maria decidiu também fazer uma gruta. Por isso convidou os homens da comunidade para tal feito, construindo a gruta com pedras.

Existe outro ponto de referência na comunidade, que são as Pedras das Emas. Hoje, é um lugar pouco frequentado pelas pessoas. São pedras com marcas que se parecem com patas de emas e são da pré-história da região. Um ambiente natural e pouco alterado pelas mãos

¹³ Foi criada a fraternidade do Carmo para a realização das novenas a Nossa Senhora do Carmo e o fortalecimento da religiosidade da comunidade.

humanas, com presença de pinturas rupestres.¹⁴ Essa pinturas antigas fazem referência ao período Paleolítico Superior (40.000 a.C) gravadas em abrigos ou cavernas, em suas paredes e tetos rochosos, ou também em superfícies rochosas ao ar livre, mas em lugares protegidos, normalmente datando de épocas pré-históricas.

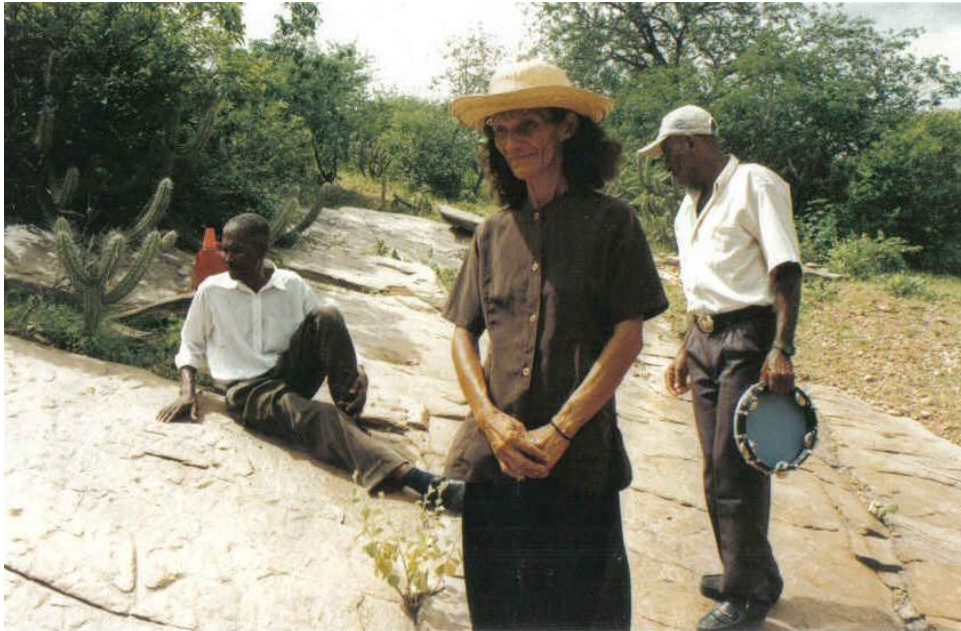


Figura 17 – O Batuque nas pedras das Emas.
Fonte: Acervo de família do Serrote.

A Figura 17 traz antigos integrantes do Batuque na Pedra das Emas. Sua localização é de difícil acesso e por isso é pouco frequentado pelas pessoas. Essa pedra tem a marca da antiguidade do território onde Serrote está localizado. Na comunidade, tanto o Pé de Serrote, quanto a Pedra das Emas poderiam ser explorados em suas potencialidades turísticas e gerar renda local, se houvesse algum apoio governamental.

Aspectos sociais e econômicos do Serrote

Antes não havia energia elétrica na comunidade. As pessoas usavam como luz, o candeeiro. Não existia televisão, ventiladores, geladeiras. Os mais velhos costumavam ficar nas portas das casas contando histórias, lendas da comunidade e cantavam e dançavam para alegrar as noites. Somente em 1998, no governo Miguel Arraes, Serrote foi beneficiado com a energia elétrica. Benefício que trouxe mudanças na vida das pessoas, e pouco a pouco foi se

¹⁴ Disponível em: <<http://www.portaldarte.com.br/pinturarupestre.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

perdendo o costume das rodas de conversas e o consumismo aumentou muito com a chegada da energia elétrica.

A falta de incentivo governamental e de políticas públicas gerou durante muito tempo um alto índice de alcoolismo entre os jovens na comunidade, causado pela falta de expectativa de vida. A agricultura de subsistência e a pesca foram durante muito tempo o único meio de vida para as pessoas do Serrote.

Predomina hoje em Serrote a agricultura de base familiar, combinando subsistência com um pequeno comércio dos produtos excedentes. Hoje é necessário maior incentivo do governo, para impulsionar a agricultura na comunidade.

Em Serrote, temos plantações de mandioca, banana, feijão, arroz, hortaliças e frutas. Há também a criação de peixes, bovinos e suínos. Existe também a criação de aves de pequeno porte para a subsistência das famílias.

Durante muito tempo, as pessoas da comunidade carregavam água na cabeça diretamente do rio, onde também lavavam roupas e tomavam banho. O abastecimento de água começou a melhorar quando foi instalada uma bomba que levava água do rio até uma caixa pequena e depois a água era distribuída por meio de carros até as casas. Até hoje a comunidade continua com esse sistema de abastecimento sem nenhuma estrutura e não tem acesso ao tratamento da água. O abastecimento não foi como de direito, com tratamento da água, e encanada para todas as casas.

As pessoas de Serrote que não sobrevivem da agricultura, vivem da aposentadoria como agricultor aposentado ou de viuvez. A falta de geração de emprego e renda acaba expulsando os jovens quilombolas para outras regiões do país como o Sul ou Sudeste, especialmente os homens da comunidade.

Ameaças ao território: direitos roubados

A história das comunidades quilombolas do Brasil é cercada por inúmeros tipos de ameaças a sua existência. No Serrote não é diferente, pois na sua história está escrita e prevista a construção da hidrelétrica de Riacho Seco e Pedra Branca.

Existem leis quilombolas que foram criadas para a proteção das comunidades para garantir a titulação de terras. Há uma morosidade no cumprimento das leis de titulação das

comunidades em Pernambuco e no Brasil. Para se ter ideia, existem hoje mais de 3.000 comunidades quilombolas no Brasil. Em Pernambuco com mais de 120 comunidades quilombolas, sendo que duas tem a posse parcial de suas terras.

O Decreto nº 4.887/2003¹⁵ visa à identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Porém, as comunidades que conseguem o reconhecimento de seu território esperam por décadas pela titulação. Configura-se em uma lei que não é aplicada e que permite que as comunidades continuem sendo violadas em seu território. Uma das ameaças que a titulação do território visa combater é a construção de hidrelétricas. O governo defende o discurso da geração de energia e as empresas defendem seus interesses econômicos, visando lucros exorbitantes que desconsideram os povos tradicionais, sua história e cultura, como os povos quilombolas.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma lei internacional, regularizada no Brasil, e versa sobre povos indígenas e tribais. Adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989, revê a Convenção nº 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais.

A Convenção¹⁶ aplica-se a povos que vivem em países independentes que são considerados indígenas, pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica, que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização, e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplica-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas às quais os diferenciam de outros segmentos da população nacional. A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeitos da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social, tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal se reconheça.

Os princípios básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam.

¹⁵ 20 de Novembro de 2003.

¹⁶ Disponível em: <www.incra.gov.br/media/.../Quilombolas/legislacao_quilombola_condensada.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

O governo do estado, utilizando-se da Convenção, usou a Secretaria¹⁷ o órgão da Seppir, entre 2010 a 2014, para tentar convencer os quilombolas do benefício da construção das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca. Mas a comunidade quilombola do Serrote junto com as comunidades de Santa Maria da Boa Vista disseram “não” à construção, por acreditarem que a barragem destruiria o território, a cultura, a memória e o meio ambiente.

A relação do Serrote com o Inhanhuns e também com o Cupira é estabelecida pelo parentesco e reciprocidades. Remonta à época da colonização. Hoje essa relação se fortaleceu e continua forte pela defesa do território e contra os possíveis impactos da construção da barragem, que ameaça o modo de viver das comunidades e suas tradições.

A participação das mulheres da comunidade na associação aumentou devido à ameaça do território. Por esse motivo, também fortaleceu-se a parceria com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a participação das mulheres em reuniões, oficinas e manifestações públicas promovidas ou planejadas com este movimento. A Figura 18 mostra o projeto da barragem que vai impactar várias cidades como: Petrolina, Juazeiro, Santa Maria da Boa Vista, Curaçã, Itamotinga, Lagoa Grande, Orocó e Cabrobó.



Figura 18 – Localização da Barragem de Riacho Seco.

Fonte: skyscrapercity.com, 2016.

Com a construção das barragens, não apenas valores materiais, mas imateriais como, cultura e memórias orais e ambientais ficarão imersos com a hidrelétrica. Os interesses governamentais tentam convencer a sociedade por meio do discurso de modernidade e

¹⁷ Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

desenvolvimento, sem dialogar sobre o extermínio das memórias orais, ambientais e culturais das comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e assentadas da região.

De acordo com o MAB, as empresas Chesf, Odebrecht, Desenvix e Engevix iniciaram, em 2004, os estudos de viabilidade técnica e socioambiental do aproveitamento hidrelétrico Riacho Seco, culminando com a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

A barragem da UHE Riacho Seco está prevista para ser construída nas proximidades do povoado de Riacho Seco, situado no município baiano de Curaçá, e do quilombo do Inhanhum, impactando a comunidade vizinha e o Serrote. O canteiro de obras da usina será instalado na margem baiana do rio, próximo ao povoado de Riacho Seco. A usina terá 276 megawatts (MW) de potência instalada, com oito turbinas geradoras. A figura 19 mostra onde se pretende construir a hidrelétrica.



Figura 19 – O Rio São Francisco.

Fonte: Elaine Lopes, 2017.

O nível do rio São Francisco vem sofrendo durante décadas, com as secas e falta de chuva, o que ocasiona a cada ano diminuição do nível de água. Ainda teve que enfrentar vários a barragem de Sobradinho, os dejetos e esgotos que são jogados direto no Rio. O nível do Rio está, visivelmente, mais baixo a cada dia. Quando olhava-se as águas do pé de Serrote, só se conseguia ver as pontas das pedras e hoje todas as pedras estão expostas e tornou-se possível andar até o meio do rio caminhando entre elas. É visível e lamentável o quanto o

Velho Chico está vazio. Esta situação pede medidas urgentes a fim de salvar o Velho Chico. Toda a sociedade precisa mobilizar-se junto com quilombos, povos tradicionais e movimentos sociais a fim de pressionar o governo para junto com a sociedade construir medidas de manutenção e preservação do Rio de São Francisco, que fortemente influenciou a vida e a história dos moradores do Serrote.



Figura 20 – Localização da Hidrelétrica de Riacho Seco e Pedra Branca
Fonte: skyscrapercity.com, 2017.

Um clamor está presente na vida dos quilombolas que sobrevivem às margens do São Francisco e vivem da agricultura e pesca. Sem ele, a vida se tornará muito difícil e uma construção de barragem apenas adiantaria a sua morte. Falar do Rio São Francisco é falar da magia de um rio que por si só conta histórias, sendo ele a personagem de várias histórias na comunidade.

Telvina Marques Gomes, foi uma das referências religiosas da comunidade e morreu com 104 anos. Em seus relatos, aparecem histórias do Rio São Francisco. “Numa bela noite, meu filho João Marques foi ao Pé de Serrote colocar uma tarrafa usada para pegar peixe. Costumava ir ao rio neste horário, nunca teve medo, alguns podem achar que o medo pode fazer as pessoas imaginar coisas. Mas isso não acontecia com João Marques, a pessoa mais corajosa da região, só perdia para Lampião. Ele contou que enquanto jogava a tarrafa, havia um espírito ao lado que fazia a mesma coisa, achou aquela cena muito interessante, mas como tinha muito trabalho a fazer, continuou na sua lida e foi embora.”

Outra história é a do Nego D'água que Maria do Serrote conta inúmeras vezes que o viu quando tomava banho ou lavava roupa às margens do Velho Chico.

Fauna e flora no quilombo

Diegues (2000) cita que as espécies vegetais e animais são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. Denota a diferença que existe entre a natureza para a comunidade tradicional e para outras. Esta diferença concentra-se no conhecimento tradicional, onde uma planta para determinado tratamento está envolta em rituais, orações, apresentando forte relação com a natureza e seus componentes (terra, ar, água), sendo importante para a cura de vários males espirituais, tal como fazem as benzedoiras em suas benzeduras.

A comunidade do Serrote guarda a tradição milenar de cultivar ou usar as plantas para a cura. O espiritual regula e norteia a vida das pessoas da comunidade, pois é um costume curar-se ao fazer uso das ervas e orações.

São plantas que servem para benzedura no Serrote: pinhão roxo, catingueira (que serve também para fazer chá), capim santo, erva cidreira, hortelã, manjerição, tipi, quebra-pedra, aroeira. Todos são ervas importantes para as pessoas da comunidade quilombola, pois ajudam na manutenção da vida, da cultura, religiosidade e identidade.

No caminho e dentro da comunidade percebemos uma vegetação com a presença da Algaroba, planta estimada pelos moradores do Nordeste brasileiro, sendo usada para alimentação dos animais. Devido à pequena exigência em água e comprovada a capacidade de se desenvolver em solos de baixa fertilidade (e de condições físicas imprestáveis para outras culturas), ganhou a alcunha no meio rural nordestino de "planta mágica".

Outra planta é a Favela que possui folhas com espinhos urticantes, mas tem forte potencial forrageiro. A favela é uma forragem rica e de fácil digestão, chegando a conter 18,5% de proteína bruta, 23,3% de amido e 2,1% de cálcio, segundo estudos do Centro de Pesquisas Agropecuária Trópico Semi-Árido (CPATSA) e do Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA). Na caatinga, os animais sabem utilizar a faveleira na hora certa. Quando as folhas da planta secam e caem no chão deixam de ser urticantes, servindo então de

alimento para caprinos, ovinos e suínos. Esse tipo de vegetação, cujo nome científico é *Cnidoscolus phyllacanthus* é resistente à seca e se desenvolve em solos rasos e pedregosos.

Além de fazer parte das brincadeiras das crianças, o Pereiro é uma planta muito comum na comunidade. Suas características são típicas das caatingas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais, na zona de sertão baixo e baixios argilosos, próximos a leitos de rios e elevações de terra, e também entre pedras e rochedos. É uma planta endêmica desse ecossistema. É comum que todas as famílias da comunidade possuam, servindo muitas vezes de moeda de troca e também como presente. É fonte de alimento para os animais.

METODOLOGIA

Os caminhos da pesquisa

O projeto de pesquisa inicial enviado ao Mespt tinha como objetivo discutir o papel ambiental e sociocultural que o “Pé de Serrote” representava para a comunidade e as histórias que o envolviam. Ao longo do curso, a disciplina sobre cultura afro-brasileira ajudou a compreender o debate sobre gênero e mulheres negras e a perceber que muito tinha a ser registrado sobre as mulheres do Serrote: as histórias sobre o Pé de Serrote, suas histórias de vida, as ações realizadas no quilombo do Serrote, a dança e a tradição do Batuque.

Desse modo, surgiu este trabalho que tem como objetivo identificar o protagonismo e a luta das mulheres quilombolas de Serrote na defesa do território. As mulheres são diariamente invisibilizadas e negadas nesta sociedade machista que vivemos. Esta pesquisa visa apresentar o protagonismo da mulher quilombola do Serrote no fortalecimento da identidade, na luta pelo território e na valorização do Batuque, expressão da cultura e da ancestralidade africana ainda viva e presente na comunidade.

Desde 2008, desenvolvo no Serrote um trabalho de pesquisa e de intervenção sobre o Batuque, cujas protagonistas são as mulheres. O Mespt trouxe a oportunidade, por meio desta dissertação, de fazer o registro, sistematização e análise desse trabalho realizado junto com a comunidade e suas mulheres. Todo o potencial e a riqueza oral das histórias das mulheres do Serrote já estavam sendo registrados e foram somadas ao trabalho realizado com o Batuque. A cada dia e momento das realizações das danças com as mulheres sempre tinha um novo elemento, que ia sendo acrescentado nas histórias de vida delas e que estavam fortemente articulado à história do Batuque na comunidade.

Com o Mestrado, veio a oportunidade de explorar melhor essas histórias. Essa possibilidade trouxe muita alegria, pois foi possível introduzir na academia, discussões sobre crença, espiritualidade e ancestralidade africana da comunidade do Serrote. O Mespt trouxe a oportunidade de ouvir e registrar as histórias contadas na comunidade ou fora dela, ouvir histórias de infância e retomar a tradição de nos reunir para contar histórias da comunidade; seja as “histórias de trancoso”, aquelas que pregam “peça” nas pessoas, ou as que assombravam e não conseguíamos dormir de tanto medo, ou ainda aquelas que contavam a origem da comunidade.

Dar continuidade à tradição oral tão presente nas comunidades descendentes de africanos sequestrados para o Brasil é um privilégio. Esse trabalho é uma forma de preservar essas memórias e livrá-las do esquecimento, torná-las públicas e assim, estimular as pessoas a refletirem sobre a importância dos ensinamentos dos nossos ancestrais, negros e negras, que deixaram para nós essa tradição oral que também é de resistência e luta pela sobrevivência da cultura. É um tributo a um povo que mesmo sem ter consciência da sua riqueza cultural e oral, encanta a todos que são sensíveis aos apelos invisíveis e sociais presentes em suas vidas.

Para este trabalho foram realizadas também novas entrevistas, realizadas entre maio de 2015 a fevereiro de 2017, com as mulheres do Batuque, (re)construindo junto com as mulheres a importância da cultura tradicional que essa dança representa para o Serrote, bem como, registrando aspectos de histórias de vida de mulheres quilombolas. Havia a intenção na pesquisa de identificar como a dança do Batuque está associada a luta pela valorização da cultura no quilombo.

Foram realizadas entrevistas com: Maria Rodrigues Lopes, Maria de Lourdes Rodrigues Lopes, Aparecida Lopes de Souza, Cassia Sirleide Lopes de Souza, Edvania Santana de Souza, Pedrina Marques Gomes, Albertina Marques Gomes, Zenilda Marques Gomes, Patrocina Marques Gomes, Maria Dulce Onofre dos Santos e Marta Rodrigues da Rocha.

A experiência do trabalho realizado com as crianças do Serrote para valorização do Batuque também é registrado neste trabalho. A necessidade da transmissão do Batuque para as próximas gerações foi uma necessidade identificada para contribuir com o fortalecimento da identidade quilombola. As crianças reagiram com animação e empolgação na aprendizagem na prática da dança, além de ajudarem a fortalecer a cultura da comunidade. O processo educativo com o Batuque revelou que a opinião delas é importante para a construção do ritual da dança, pois é um tipo de dança que pode introduzir novos elementos como músicas e novos passos de dança. Ouvir as crianças teve a intenção de melhorar o desenvolvimento e as ações do projeto de intervenção do Batuque na comunidade e registrar as experiências vivenciadas com a dança.

Para a realização deste trabalho foram realizadas com cinco crianças participantes do projeto do Batuque foram ouvidas. Elas foram entrevistadas na Escola em março de 2017. Por serem menores de idade, optei por não registrar aqui o nome das crianças entrevistadas. Os relatos escolhidos aparecem neste texto apenas com as iniciais dos nomes.

A pesquisa é de abordagem qualitativa. De acordo com (KUARK et al, 2010, p. 25):

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fatores básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. A pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Para Freitas e Prodanov (2013, p. 70), na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o local como fonte direta dos dados. Nesse ponto, as questões são estudadas no ambiente em que elas acontecem sem nenhuma manipulação intencional do pesquisador.

A pesquisa teve como base a escuta das pessoas entrevistadas. Por isso as histórias de vida são tão importantes, pois destacam fortemente o modo de viver, fazer, rezar, brincar, contar das pessoas em uma comunidade de descendentes de africanos que trazem histórias centenárias de luta e defesa do território. Em razão da luta de cada pessoa da comunidade se percebe um círculo de força e de valorização da identidade local na busca pela autonomia e sobrevivência de todos.

A tradição oral coletiva perpassa o tempo e prevalece sobre todas as outras, pois se fortalece a cada geração a quem é transmitida as histórias. As entrevistas realizadas aconteceram, muitas vezes, em momentos de contação de histórias, de divertimento e nas rodas do Batuque. A abordagem qualitativa da pesquisa revelou todo o potencial de interpretações das histórias de vida e das histórias contadas. Descrever cada uma dessas histórias foi como se um universo de possibilidades de encontro com os ancestrais tivesse sido mostrado, para que as histórias fossem contadas.

A importância das histórias orais é evidente para a manutenção e valorização da cultura quilombola. Este estudo baseou-se nas experiências de vida, refletindo como as histórias orais podem ser relevantes na luta quilombola. A história oral está presente na vida das mulheres quilombolas e pode ser recontada para ajudar a manter viva essas memórias, agregando valor e estimulando os jovens a buscar e a manter sua cultura como elemento fundamental para sua adaptação na sociedade.

Bosi (1994) ressalta que a memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança de que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. É a manutenção da cultura por meio da transmissão dos conhecimentos dos idosos

às crianças e essa transmissão é feita pela comunidade, pela oralidade. Isso mostra a importância das histórias de vida, pois destacam fortemente o modo de viver, fazer, rezar, brincar, contar das pessoas dentro de uma comunidade de descendentes de africanos e que trazem histórias centenárias de luta e defesa do território. Por meio da luta de cada componente da comunidade percebe-se um círculo de força e de valorização da identidade local na busca pela autonomia e sobrevivência de todos.

De acordo com Joutard (2000, p. 34)

É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional.

Santhiago (2013) observa que a contação de histórias está ligada ao processo de memória, valorização e identidade das pessoas e suas histórias. Por isso as histórias de vida são tão relevantes no autoprocesso de identificação.

O papel principal da história oral é registrar acontecimentos de época e levar às futuras gerações a se reconhecerem com o seu passado. Evidente que os registros podem estar carregadas de interesses, desejos, crenças, conceitos, preconceitos e opiniões que podem ser transmitidas e retransmitidas, mas são sempre uma referência do passado vivido. Para Leydesdoff (2000), apesar da unificação, as pessoas se agarram a suas próprias culturas e costumes. Parecem ter necessidade de sua própria história e de sua própria cultura.

Existe uma percepção política inserida no processo de transmissão oral. É um ato político, pois estimula a formação de opinião de quem está escutando as histórias e como vai repassá-las. Como afirma Meihy (2000, p. 86):

O tom político da história oral, portanto, matiza a história oral brasileira como se ela fosse uma nova solução para o entendimento da sociedade, pois superaria as insatisfações das análises sociais moldadas em alternativas disciplinares que poderiam enquadrar-se no conceito de "tradicionais", "conservadoras" e "insuficientes", para apontar alternativas de políticas públicas.

A oralidade presente na comunidade quilombola do Serrote, ainda não é percebida, pela maioria das pessoas, como um ato político. A história oral ao ser registrada valoriza a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. A história oral, nesta pesquisa, vai ajudar a recuperar e valorizar a versão do que foi vivido pelas pessoas entrevistadas sobre o processo de construção de sua identidade quilombola, identificando a sua relação com o território e poderá ajudar na luta contra o descaso do governo e na efetivação das leis, trazendo melhoria para as pessoas da comunidade.

Para a obtenção das histórias orais e de vida foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. São aquelas entrevistas que seguem um roteiro flexível, o qual dá o direcionamento geral da entrevista e também possibilita a elaboração de questões a partir das respostas. Também foram utilizadas, durante as entrevistas, fotos sobre a comunidade como meio de ilustrar o vivido pela comunidade que ia traduzindo esses momentos por meio da fala.

O trabalho traz fotos das mulheres do Batuque produzidas por Alfredo Neto, professor, produtor cultural e coordenador do Ponto de Cultura Nação Coripós, que ajudou a desenvolver oficinas e eventos culturais na comunidade. As fotos foram produzidas em momentos de prazer e alegria, pois as mulheres quando se encontram começam a contar histórias e a batucar com muita animação. Elas foram trazidas e serviram como elemento de análise ao longo do trabalho.

Este estudo será importante para as futuras gerações que lutam pela igualdade de gênero, etnia e pelos direitos quilombolas, hoje negados pelo Poder Público. São histórias de participação em processos e ações dentro da comunidade; poder contar as histórias enriquece e colabora com a luta da mulher negra na conquista de espaços, além de estimular os jovens a compreender a importância cultural que tem o povo quilombola do Serrote e como a mulher é decisiva na construção do conhecimento que circula na comunidade.

CAPÍTULO 1

BATUQUE: FONTE DE IDENTIDADE



Figura 21 – Aula de batuque para as crianças.
Fonte: Alfredo Neto, 2017.

A identidade representada pelas danças do Batuque está relacionada à forma que a dança está sendo trabalhada na comunidade. Por isso é importante conhecer a origem e transmiti-las às crianças. O Batuque é uma dança de origem africana, do ritual da procriação. Foi severamente proibida na época colonial pelos padres. Caracterizada por requebros, palmas e sapateados, acompanhados ou não de canto¹⁸. A figura 22 apresenta uma cena do Batuque com mulheres e crianças do Serrote, trazendo a tradição africana, mostrando as semelhanças da dança e a resistência do povo negro.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=imagem+de+debret+sobre+o+batuque+dos+africanos&rlz>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

O nome batuque é um termo genérico que a maioria dos viajantes utilizou para qualquer reunião de “pretos” (para utilizarmos sua própria expressão), (apud ABREU; MATTOS, 2007). Esta denominação, em muitas de suas descrições, se remete ao que hoje denomina-se jongo (MATTOS, p. 75). Os batuques eram realizados pelos escravos em dias de festas, tais como a comemoração aos santos e também das famílias de senhores de escravos. Após a jornada de trabalho na lavoura ou nos sábados e domingos à noite, nos terreiros das fazendas, tendo sido em tais ocasiões que os viajantes assistiram e posteriormente registraram.

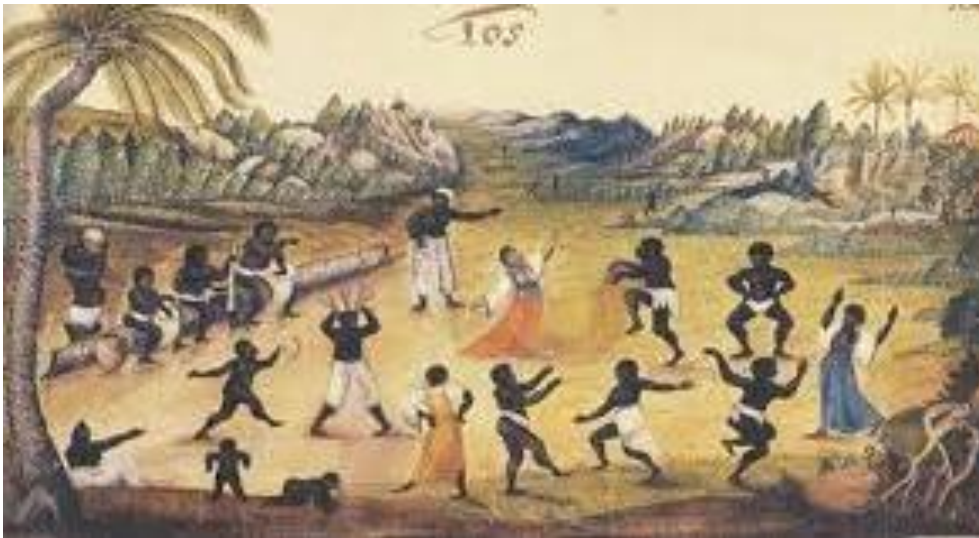


Figura 22 – Africanos dançando o Batuque na época da escravidão
Fonte: Jean Baptiste Debret (Google)

Os registros referentes à música e à dança entre a população negra escravizada foram recorrentes entre viajantes e neles é praticamente consensual a constatação do gosto dos africanos pela música a qual eles se entregavam com paixão, ainda que a forma de definir este gosto quase sempre emergisse de narrativas permeadas por expressões pejorativas. Pohl (1952, p. 85-6) referiu-se a música entoada pelos africanos como uma “gritaria monótona de um entoador, cujo estribilho é seguido de todo o coro de maneira igualmente monótona”.

Embora os instrumentos utilizados pelos africanos na execução de suas músicas fossem quase sempre descritos como grosseiros, primitivos e selvagens, houve discordância na avaliação dos viajantes sobre os sons obtidos por eles. Graham (1999, p. 199) menciona que os escravos usavam como instrumentos “as coisas mais rudimentares que produziam sons musicais”. Nesta mesma linha, Henry Chamberlain diria que as músicas produzidas pelos africanos, as quais ele denominou “árias nativas”, não eram “de modo algum desagradáveis” (apud SELA, p. 264).

Dias (2001, p. 860) registra que o holandês Zacharias Wagner, escrivão de Maurício de Nassau, registrou no século XVII, em desenho e por escrito, uma “dança de negros”. De acordo com ele, essa dança acontecia após os escravos executarem a difícil tarefa durante toda a semana, quando então lhes era dado passarem os domingos fazendo o que quisessem; de ordinário reúnem-se em certos lugares e, ao som de pífanos e tambores, levam todo o dia a dançar entre si, homens e mulheres, crianças e idosos.

No século XIX, Saint Hilaire registrou, nas suas andanças pela província de Minas, que seus habitantes, com exceção dos torneios (cavalhada) que às vezes celebram pela época de Pentecostes, não conhecem outra espécie de divertimento além de uma dança que a decência mal permite mencionar, e que, no entanto, tornou-se quase nacional, o Batuque (SAINT HILAIRE, 1975, p. 137). A expressão “quase nacional”, por ele utilizada, aponta mais uma vez para a atração que o Batuque exerceu não apenas entre os escravos, mas entre outros segmentos da população.

1.1. Batuque no Pé do Serrote

O Batuque tem um repertório musical que canta elementos da comunidade e região como: “Sai, sai piranha”, uma homenagem a essa espécie de peixe tão apreciada na região do São Francisco. “Gato do mato”, uma referência a esse animal que faz parte da região. “Quebra o coco, rala o coco” cita elementos que compõem a culinária afro-brasileira, fala do namoro com mulher casada. “Chora Noivo” faz referência a despedida da vida de solteiro e a liberdade. A música “Lá vem água, Lá vem água” faz referência à cachaça e é dançada com a lata na cabeça. Entre outras músicas que cantam a beleza da comunidade com seu Pé de Serrote que a todos convida a banhar-se em suas águas profundas e encantam por suas belezas misteriosas.

A presença feminina predomina na dança do Batuque dentro da comunidade do Serrote. Antes havia mais de dez mulheres e a presença de dois homens (o cantor e o tocador). A mulher destaca-se, pois além de dançar também canta no grupo. Deve-se a existência do grupo que hoje atua na comunidade, devido à presença das mulheres; são idosas que fazem o trabalho de transmitir a cultura para as crianças e jovens do Serrote. Resistir a influência de outros gêneros musicais ouvidos no quilombo e a falta de incentivo na valorização e manutenção do Batuque faz parte da luta pela sobrevivência da cultura.

Uma política pública que incentivou a cultura dentro dos quilombos e os grupos culturais recebiam recursos para se organizarem, ocorreu por alguns anos nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). Nesse período, o Grupo Cultural do Batuque com a participação de crianças esteve muito ativo. Em 2009, o trabalho com as crianças do Batuque teve sua primeira participação no Festival Pernambuco Nação Cultural. Em 2011, o mesmo Festival envolveu os grupos culturais do município de Santa Maria da Boa Vista e região do sertão do São Francisco.

1.2. O ritual da dança do Batuque na comunidade Quilombola do Serrote

As músicas do Batuque foram registradas em 2008 e fizeram parte de um documentário junto com o registro do Reisado do Inhanhuns. O documentário “Mitos e Lendas do Reisado do Inhanhuns” foi realizado pela TV Cultura, projeto este que não beneficiou os grupos participantes, pois os direitos autorais ficaram em posse da TV. Os grupos do Batuque e Reisado na época assinaram sem compreender corretamente o contrato que concedia os direitos à TV, por isso as associações do Serrote e Inhanhuns abriram um processo junto ao Ministério Público para investigar como ocorreu o documentário. A resposta foi que os grupos tinham assinado um documento dando plenos poderes à TV. Diante disso o processo foi arquivado. Com isso, as comunidades hoje estão mais atentas a propostas culturais que não trazem benefícios para os quilombos. Aos dançarinos que participaram foram concedido os instrumentos e figurinos.

As músicas cantadas por Albino Onofre dos Santos, desde a década de 1980, a partir de 2008 começaram a ser cantadas por Albertina Marques Gomes, que também toca pandeiro. No momento da roda, todos têm que cantar e soltar um verso.



Figura 23 – Sr. Albino, cantador do Batuque.
Fonte: Acervo de Elaine Lopes, 2014.

Este trabalho tem como foco as mulheres, mas não poderia deixar de falar do Sr. Albino Marques, 72 anos, que acompanhou as mulheres por mais de duas décadas. Cantou por muito tempo as músicas do Batuque na comunidade e região. Divulgando assim a cultura do Batuque para quem quisesse aprender. Estava sempre disposto a ensinar as crianças e jovens, mesmo irritado quando alguém errava. Sempre encantou a todos com suas histórias, inclusive a do gavião. Contava que morava lá no Pé do Serrote e que ia pousar na sua mão. Este gavião sempre o saudava quando ele mesmo aparecia no monte. Hoje mesmo sem poder cantar o Batuque ele se esforça em dançá-lo, pois a idade avançada já não permite muito esforço. Seu Albino ajudou muito nos ensaios com as crianças da comunidade. Hoje é referência na comunidade, sendo considerado cultura viva e patrimônio cultural da comunidade.

As músicas do Batuque são compostas de versos que já foram criados ou as pessoas que estão dançando podem soltar um verso. Esse ritual de dança pode passar horas se o grupo for grande e todos fizerem um verso. Todos que quiserem participar do Batuque podem entrar na roda e dançar. As mulheres costumam usar saias longas, não há distinção, pode-se fazer uma roda somente de mulheres e pode também ter a participação de homens tanto cantando como dançando. O Batuque pode acontecer em uma roda onde todos os participantes vão para

o meio da roda e começam a dançar. Existe uma música da Piranha que aqueles que dançam têm de fazer os gestos. Começa assim:

Piranha: Sai, sai piranha, saia da lagoa,
 Sai, sai, piranha ô que coisa boa.
 Tu já dançou piranha.
 Torne a dançar ô piranha.
 Bote a mão na cabeça piranha.
 Tira e bota nas cadeiras ô piranha.
 Dar um jeitinho no corpo ô piranha.
 (Nesse momento quem está dançando balança os quadris).
 Bote a mão na cintura, ô piranha.
 Dar um jeitinho no corpo, ô piranha ô lê lê umbigada na outra...
 (Dar uma umbigada na outra pessoa que vai dançar)
 (Depois que todos fazem a coreografia muda para outra música).

A música da Piranha apresenta um peixe como personagem, espécie muito apreciada na comunidade e região. Ao sair da lagoa pratica atitudes humanas como dançar, rebolar e a questão sexual da umbigada que representa a fertilidade e reprodução das gerações para a manutenção da tradição. Ao dançar o Batuque o dançarino se envolve em uma energia contagiante, pois as músicas atraem para a dança. É a música que as crianças mais gostam por poder requebrar.

A música do “Gato do mato” é dançada em par, sem definição do gênero pode ser dançada por homens e mulheres. É um ritual de paquera, em que se demonstra a mulher ou o homem no processo de envolvimento amoroso com seu par. A descrição da música é a seguinte:

Gato do Mato
 Olhe o gato do mato.
 Pegou e segurou.
 Se quiser que dê no gato.
 Segura que eu dou.
 Êta gato danado.
 Se requebra, olha o gato.
 Que gato danado. Pegou, segurou.
 Se requebra olha o gato...

A música “Rala o Coco” apresenta a cultura de cozinhar, utilizando o coco e o dendê, ingredientes da cultura afro-brasileira. A música mistura prazeres da vida humana, o comer e a tradição de certos homens daquele lugar namorar com mulher casada. Na letra da música está presente uma referência a um animal da região e a estética negra. Veja a seguir.

Rala o coco. Rala o coco.

Rala o coco.

Azeite, coco e dendê.

Namorar mulher casada sem seu marido saber.

Na letra do verso:

Em cima daquela serra passa boi passa boiada.

Também passa os neguinhos dos cabelos cacheados.

Quero bem do ABC.

Letra A por seu meu nome e

Letra B por seu meu bem.

O ritual da dança “Lá vem água” ocorre em roda ou em fila onde os participantes têm que dançar e requebrar com a garrafa de pinga na cabeça demonstrando um costume cultural presente na comunidade, de consumir a “pinga” como é conhecida a aguardente na comunidade e região. A letra é a seguinte:

Lá vem água lá vem água.

Eu estou com sede eu quero é água.

Ô dona (Arlete, Maria...) me dê água engarrafada eu quero é água.

Lá vem água, lá vem água no pé da serra lá vem água.

Engarrafada eu quero água.

Ô minha gente eu quero é água.

Ô seu Ovídio eu quero é água engarrafada

Eu quero é água...

Na música: Piau nadou

Piau nadou, nadou no bebedor.

Piau nadou no bebedor.

Ô minha gente piau nadou, nadou.

Piau nadou, nadou no bebedor.

Dona Maria piau nadou... Dona Cássia... Dona Elaine... Dona martinha...

A música faz referência a um peixe da região, o piau, bastante apreciado pelas pessoas. Demonstra a alegria das pessoas da comunidade e dos pescadores na época que tinha muito peixe no rio. A letra da música é oferecida às pessoas que estão presentes. Seus nomes são incluídos nos versos, que se repetem com cada nome.

A música Chora Noivo:

Chora noivo, chora noivo (bis).
 Chora até não querer mais.
 Que a vida de solteiro, não chega para você mais.
 Viva o noivo, viva o noivo.
 Viva o padre que casou,
 Vivas os casados de velho.
 Viva quem nunca casou.
 Atirei mas não matei lá vai meu tiro perdido.
 Minha prova derramada e meu chumbo é derretido.

Neste verso está presente a facilidade e a criatividade de fazer poesia com versos, utilizando a flora, a fauna e o capim, que serve também como alimento para os animais. Um fato comum são as pessoas sentarem nos terreiros e falar da vida alheia. Eles também citam elementos da natureza como as pedras e andar de madrugada costume comum na comunidade.

O capim cortou meu pé,
 Mas antes cortasse a língua de quem fala de José. (ou você).
 Menina se tu quer que eu vá
 Tirar as pedras da estrada
 Por causa da meia noite e
 Do sereno da madrugada
 Da tua casa pra minha,
 Meia folha de papel
 Eu não vou porque não posso
 E tu não vem porque não quer.

Na música Piabaê, Piabaô estão presentes a criatividade e a mistura de elementos do ritmo da cultura afro-brasileira misturada com elementos da fauna local. Um verbo foi criado o “piabar”. A piaba é como se chama o peixe quando ainda é bem pequeno. As pessoas na comunidade têm o costume de comer a piaba para aprender a nadar. Está presente na música o

hábito da “pisa” por causa de namoro. Um costume local era de as meninas eram proibidas de namorar até certa idade, ocasionando na comunidade muitas histórias de namoros e casamentos escondidos.

Piabaê, piabaô
 Ô de olê, ra rá diá...
 Ô de olê, ô de ôlê...
 Eu vou me embora, piabaê, piabaô
 Que aqui eu não sou querido
 Porque já disse que vou
 Minha mãe me deu uma pisa
 Por causa de uma tijela,
 Piabaê, Piabaô
 Pior se ela visse, o namoro da janela
 Vou me embora, vou me embora
 Piabaê, Piabaô

Nesta música está presente o hábito de andar de canoa, embarcação pequena que as pessoas usam para se locomover pelo rio. Meio de transporte bastante utilizado no trabalho para ir às roças das ilhas e também para viajar para outras comunidades. Também em passeios pelo rio.

Capim lelê
 Pisa na canoa, canoeiro, pisa na canoa devagar
 Deixa meu bem passear
 O de cima

A música do “Caboclo vermelho” conta uma história local do caboclo da água, também conhecido como de Nego d’água. Ele teria o costume de sair na época de cheia do rio e andar na comunidade. Agindo como um justiceiro caracterizado de instrumentos culturais da comunidade como espingarda e a “precata”, além de proteger as mulheres da violência dos homens.

Ô caboclo vermelho
 Ô caboclo vermelho que vem da maré,
 espingarda nas costas,
 precata no pé,
 tenho raiva de homem
 que bate em mulher,
 ele dar de chicote e
 ponta de pé...
 Olê, Olê, seu Lianor (bis)
 Me diga adeus que eu já vou...

O Batuque vem sendo dançado há vários séculos. Traz a arte de criar músicas, tendo como inspiração a fauna e a cultura da comunidade, destaca a tradição cultural e artística que sempre esteve presente na cultura do Serrote. As músicas criadas são carregadas de magia que está ligada tanto ao espiritual como o religioso.

A exaltação da natureza vem da tradição religiosa afro-brasileira. Nossos ancestrais nos ensinaram a importância da natureza, sendo que cada elemento tem uma representatividade divina. O elemento água, como fonte de vida, é representada na figura dos orixás pela deusa Iemanjá, rainha do mar, que no sincretismo religioso é também chamada de Nossa Senhora dos Navegantes.

O Caboclo Vermelho que vem da maré faz justiça e luta contra as desigualdades presentes na sociedade e as injustiças contra a mulher. O imaginário toma vida para dizer que a espiritualidade centrada nos nossos ancestrais está viva e presente nas ações que ocorrem na comunidade. Cada parte do território é viva e interage com as pessoas da comunidade. As histórias com o Batuque ficam cada vez mais vivas.

Quando toca e dança o Batuque, os cantos das divindades estão sendo ecoados aos quatro cantos da comunidade. Os moradores ancestrais ouviram o chamado por meio dos Batuques que iniciaram na Serra com os negros que estavam lá e que encontraram a luz e o seu caminho que tinha sido forjado ao sofrimento; foram libertos pelo poder da divindade.

As respostas sobre onde a identidade se insere está dentro de cada um. Quando cada quilombola perceber o seu valor perante o mundo, também perceberá um universo espiritual que está inserido no território quilombola que se processa através dos pés de árvores encantados, pedras encantadas, rio visitado por espíritos, salões serão compreendidos em toda

a sua integralidade. Cada quilombola compõe o leque que abrirá as portas da remediação e retrata a causa quilombola. O pensamento no qual estamos inseridos seja individual ou coletivo na luta contra o racismo é uma arma que deve ser fortalecida em cada ato planejado e que se origina do ser subjetivo e que transcende cada molécula da vida que foi injetada em nós, por nossos ancestrais.

O mais interessante das músicas do Batuque é que elas podem ser recriadas formando uma gama de novas músicas, explorando a cultura da comunidade e todos os elementos do território. Afinal, pensar cada música, é pensar cada canto da comunidade, contada ou recontada em versos. De acordo com Araújo (2016, p. 12):

A música é um dos mais elevados elementos que contribuem para o entendimento de quaisquer culturas. Ela traz consigo em sua forma de expressão sonora, toda a identidade do povo que se manifesta por meio dela. A música é o canal pelo qual compositores, instrumentistas, cantores, artistas da dança e da representação podem trazer à tona tudo o que se tem preservado em suas histórias pessoais, emoções, lembranças e vida em grupo.

O Batuque é uma festa com rituais africanos. Trata-se também de um dos gêneros musicais africanos mais conhecidos no Brasil. Por todo o território brasileiro existem comunidades negras que se manifestam cultural e religiosamente pelo Batuque. No Brasil esse ritmo é expresso de diversas formas e teve sua origem nos cultos aos orixás. Por um lado, existem semelhanças com versos de poesias, que se unem a música regional, a música africana com costumes da própria comunidade e da cultura afro-brasileira.

1.3. Encontro: Educação e o Batuque

A educação tem que ser permeada de elementos culturais que fazem parte do dia-dia. O cotidiano da comunidade quilombola do Serrote é repleto de uma rica gama de aspectos culturais que podem ser trabalhados no ambiente escolar. Um deles é o Batuque, dança tradicional da comunidade, que em razão de sua importância tem sido realizada como experiência com a educação na comunidade.

O Quilombo do Serrote luta hoje, junto ao governo municipal de Santa Maria da Boa Vista, pela implementação das diretrizes nacionais quilombolas, que foram construídas pelos anseios dos quilombolas, em nível nacional, partindo da Carta de princípios de Educação

Quilombola. Contempla também a Lei nº 10.639/03 e fortalece a luta dos negros e quilombolas e a importância da cultura afro-brasileira na educação.

A figura 24 apresenta o cotidiano da escola. Nela pode ser vista a situação da escola e o descaso no à incentivo à educação quilombola.



Figura 24 – Escola Araújo Jorge.
Fonte: Elaine Lopes, 2017.

A educação na comunidade do Serrote começou informal, ou seja, ocorria nas casas das pessoas. O primeiro professor foi Tertuliano Joaquim de Souza, e nessa época apenas estudava quem tinha dinheiro, pois como era pago poucos tinham condições. Depois foram Durvalina Santos e Das Neves Silveira, Antônia Barbosa e Antônio José Tomaz que atuaram como professores e lecionaram nas casas das crianças que podiam pagar pelas aulas.

A escola foi construída na comunidade, em 1950, pela luta do vereador Antônio José Tomaz, que conseguiu levar para a comunidade, a escola Araújo Jorge. Os primeiros professores foram Maria Odete Genovez Tomaz; Esmerindo de Souza, Vitorio Tertuliano de Souza, Socorro Tomaz, Maria Rodrigues Lopes; depois seguida de Salvelina Tertuliano de Souza. Destes professores, somente a última graduou-se em Pedagogia depois de mais de dez anos de efetivo exercício na comunidade.

Hoje a comunidade além de contar com o Ensino Fundamental I e II nos turnos matutino e vespertino, também tem acesso ao programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Campo, onde os jovens também tem acesso ao nível médio. Uma política de acesso à educação escolar que não tinha antigamente. Isso ocorreu devido à luta da Associação e da organização quilombola presente na comunidade, com base na carta de princípios de

educação quilombola (2009), que reafirma uma história de resistência, identidade étnica, nossos saberes e nosso jeito próprio de ensinar e aprender.

Esse modelo afirma uma gestão e funcionamento da escola de acordo com o jeito de ser e se organizar de cada quilombo; que os quilombolas tenham preocupação com o meio ambiente, com o patrimônio cultural, que estejam voltados para a sustentabilidade e permanência em seu território lutando pela continuidade do povo quilombola (BRASIL, 2009, p. 9-19). A escola do quilombo é um dos espaços onde a história e manifestações culturais devem estar presentes. Para (SILVA, 2014, p, 95),

Se a escola é esse espaço de encontro e desencontro poderá ser também de um reencontro com outra história baseada, desta vez, não mais em uma história única, mas na amplitude que ela realmente possui. Reconhecer todos os grupos que formaram a população brasileira não é a tarefa de poucos e sim de todos os brasileiros. Assim a escola contará a história dos indígenas que aqui viviam, dos negros que foram escravizados, mas que lutaram pela libertação e construíram novas formas de organização social, a exemplo das comunidades quilombolas.

A escola é o lugar onde se debate as lutas e os anseios da comunidade. Construindo a associação estratégias para minimizar os problemas da comunidade e a busca pela aplicação das leis quilombolas em defesa do território.

Desde 2008, desenvolvo projetos culturais em parceria com o Ponto de Cultura Nação Coripós, Associação Quilombola e as mulheres quilombolas que sempre ajudaram no desenvolvimento das oficinas. A figura 25 apresenta o primeiro desfile no fortalecimento da beleza quilombola. O figurino usado pelas meninas faz parte dos tecidos usados no desfile do dia da Consciência Negra na cidade, em parceria com o Movimento Negro representado pela socióloga Sônia Ribeiro já citada neste trabalho.



Figura 25 – Primeiro desfile quilombola em 2008.

Fonte: Elaine Lopes, 2008.

Os desfiles continuaram acontecerem todos os anos posteriores. Em 2011, a comunidade participou do Festival Pernambuco Nação Cultural e recebeu a professora de dança Jamila Marques que passou uma semana ministrando oficinas de Afoxé para crianças e jovens na comunidade, uma realização da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Houve apresentações das oficinas de Inhanhuns, onde contou com a participação das comunidades quilombolas do sertão do São Francisco. Um grupo de dança de afoxé foi formado com os participantes do Batuque e ficou vários anos realizando apresentações na comunidade do Serrote e em outras comunidades.

O grupo do Batuque já contou muitos participantes. É difícil encontrar uma pessoa que não dance na comunidade, ou seja, que quando a roda começa não cai para brincar.

Em 2014, ganhamos um projeto intitulado “Arte nos Quilombos”, que teve como objetivo estimular a cultura dos quilombos do Serrote focando no Batuque e no Inhanhuns com a criação de um grupo de Reisado infantil (Figura 26).

A contribuição de todos para a manutenção da cultura local foi enorme e continua a inspirar mais pessoas a lutar pela cultura quilombola na comunidade. O projeto teve como base as oficinas de teatro e dança, onde os jovens puderam apreciar a literatura negra de Solano Trindade, dramatizando as poesias Conversa e Gravata Colorida. A figura 26 mostra

como este projeto proporcionou uma grande interação entre as duas comunidades em eventos e desfiles quilombolas.



Figura 26 – Brincantes do Batuque do Serrote e Reisado do Inhanhuns
Fonte: Elaine Lopes, 2014.

Os brincantes e as brincantes do Reisado e do Batuque adoraram o encontro, que proporcionou a interação despertando a amizade e fortalecendo as parcerias dos grupos envolvidos. Foram importantes também nos debates que aconteceram depois em sala de aula sobre a questão de gênero e racismo.

As relações de gênero se diferenciam na comunidade, principalmente na área de educação, pois a maioria das pessoas que estudam são mulheres. Infelizmente, existe na comunidade a necessidade dos homens saírem para trabalhar e acabam não estudando. Como as mulheres permanecem na comunidade, elas têm mais acesso as oportunidades de estudo. Um exemplo é a quantidade de graduados na comunidade, dez são mulheres e dois são homens.

Falar de quilombos é falar da luta do povo de descendência africana, é falar da resistência que o povo negro teve de enfrentar pela sua sobrevivência. Na história dos quilombos tem a participação feminina na luta pela defesa do território. Isso reflete na maneira que a organização familiar está presente dentro do quilombo do Serrote, tendo na figura da mulher a base da família e o sustento do lar. Esta situação é uma realidade bastante presente nas famílias quilombolas do Serrote.

Esta relação de matriarcado começou a acontecer, em razão do afastamento dos homens, que iam em busca de trabalho em outras regiões. A cargo da mulher, ficava a responsabilidade de defender o território e o núcleo familiar sozinha, devido à ausência do pai, marido ou filho. As mulheres também tiveram que arcar com a educação dos filhos.

1.4 Ancestralidade e o Batuque

“Poder reviver a história do batuque é reviver o olhar das pessoas que cantavam e dançavam a cultura do seu povo ancestral.”



Figura 27 – Dança do batuque. Trabalho pedagógico com o batuque e as crianças
Fonte: Alfredo Neto, 2017

A figura 27 apresenta o ensaio da dança que geralmente ocorre antes das apresentações, onde as crianças são orientadas a auxiliar no desenvolvimento da dança. A imagem acima representa os passos que fazem parte da dança. A história do Batuque representa a beleza da cultura do povo de Serrote.

Em 2008, pensando em fortalecer a identidade da comunidade me uni ao grupo da comunidade que lutava pelo reconhecimento da comunidade como quilombola. O trabalho com o Batuque foi fundamental nesse processo. Dançarinas idosas do Batuque, Maria Rodrigues Lopes, Dulce Onofre, Albertina Marques Gomes, Pedrina Marques Gomes e o

cantor das músicas Albino Onofre foram convidados a ensaiar com os alunos. Os idosos ficaram muitos alegres e animados com as atividades na escola e sempre estavam animados a ensinar as crianças e jovens da comunidade.

O Batuque é forte e representa a cultura negra, batida dos pés, a lata na cabeça, aquela alegria que contagia a todos que assistem e dá vontade de dançar. O Batuque com o seu ritmo, transmite uma energia ancestral, a dança representa a força de um povo em guardar as suas raízes, a sua cultura de forma sofrida, à custa de muito sangue derramado.

Esta dança existe desde a origem da comunidade. As pessoas aprendiam desde crianças e era comum dançarem nas festividades de casamento, aniversário e batizado. Com a chegada da energia elétrica, da televisão e outras influências, somente os idosos dançavam. Por isso a educação e o trabalho com o Batuque é importante para a manutenção da cultura local e serve de estímulo e incentivo para a valorização da cultura quilombola.

O Batuque e as lendas locais foram levados para o trabalho em sala de aula. Toda a riqueza oral da comunidade foi trabalhada na escola. O trabalho como educadora me levou a mostrar a importância dessa cultura para se somar a luta das comunidades quilombolas. O educador democrático, tal como nos lembra Freire, não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.

Por meio da cultura do Batuque, foram sendo estimulados o espírito crítico dos educandos. Debates e formulação de projetos de intervenção foram sendo desenvolvidos na comunidade. O caminho da cultura fez abrir um leque de ações voltados para compreender e assimilar a luta ancestral na comunidade quilombola.

A valorização da identidade quilombola por meio do Batuque ajudou nas relações sociais e na luta por direitos negados para os negros e negras, sempre inferiorizados. A luta passa por uma sociedade mais justa; onde cada um seja respeitado dentro de suas especificidades.

Ao pesquisar as histórias do Batuque, foi possível identificar que as crianças tinham um conhecimento vago sobre a dança. Foram gravadas histórias e passadas para os alunos para que aprendessem a letra e música e pudéssemos fazer a interpretação da mesma. Formou-se um grupo de dança composto por doze crianças (seis meninos e seis meninas) e dois adultos, que eram os tocadores. Foram realizadas apresentações na comunidade, na cidade, e em feiras culturais, disseminando a cultura quilombola.

O Batuque como dança cultural mais difundida da comunidade reflete a prática cultural vinda com os negros africanos, sendo transmitida de geração em geração. Essa dança começou a ser difundida na região nos anos 70 em apresentações em todo o estado de Pernambuco, por Albino Onofre dos Santos, Patrocina Marques, Dulce Onofre dos Santos, Alexandrina Rodrigues entre outros integrantes que hoje não dançam mais devido à velhice. Mesmo com essas limitações eles ainda contribuem no projeto de retomada do Batuque e estão sempre presentes nos ensaios junto com Albertina Marques Gomes, Alberto Marques Gomes, Elaine Lopes de Souza, Maria Rodrigues Lopes, reforçando e valorizando a prática cultural vinda com os negros africanos, ajudando a fortalecer a identidade quilombola e luta contra o racismo no Brasil.

A educação quilombola deve ser voltada para a cultura da comunidade. As diretrizes nacionais quilombolas são resultado da união de pensadores quilombolas que a partir de suas vivências e necessidades construíram um documento que refletisse o que e como deveria ser a educação quilombola a partir dos próprios quilombolas. E esses anseios vieram a colaborar nas diretrizes nacionais quilombolas, presentes na Lei nº 10.639/03.¹⁹

Pensar uma educação de qualidade e que favoreça o crescimento social, identitário e cultural não se faz sozinho. Por isso a importância das mulheres idosas da comunidade; a presença delas é importante para a assimilação do Batuque ao mesmo tempo que desperta para a valorização de si mesmo, como pertencente a uma comunidade de descendentes de africanos que têm muitas riquezas culturais. Também contribui para que percebam sua importância como um povo que tanto contribuiu para o crescimento do País e que trouxe elementos culturais tão importantes para a sociedade brasileira.

A valorização do Batuque passa pela valorização da história dos quilombolas; somente uma educação voltada para a valorização identitária pode tornar as crianças e jovens da comunidade orgulhosos de suas origens. Por isso a iniciativa de explorar as músicas e danças.

Os valores culturais são vivenciados de forma diferente pelas mulheres da comunidade. As mulheres do Batuque têm o olhar voltado para um futuro e querem que os jovens valorizem a si mesmos e a comunidade onde vivem. Por isso suas práticas são sempre ativas na comunidade. Maria Rodrigues é um exemplo. Ela sempre se colocou à disposição para ajudar as crianças da comunidade a desenvolverem nos aspectos culturais. Por isso sempre

¹⁹Lei de Educação sobre a Cultura Afrobrasileira.

é convidada a participar das aulas e projetos que a escola vivencia. Durante toda a sua vida realizou trabalhos com as crianças da comunidade.

Falar de educação é falar da educação que é dada nos terreiros das comunidades. Por isso a aprendizagem da dança do Batuque também ocorre no terreiro como uma forma de buscar uma ligação com os elementos da terra, já que a base do Batuque é o bater dos pés na terra. E isso tem uma base ancestral, pois somos frutos da terra e voltaremos como um ciclo que nunca se acaba.

A terra faz parte do ciclo da vida, quando germina plantações e estimula o habitar dos humanos. Ela propõe o surgimento de tudo que existe. Por isso o batido nos pés é uma saudação a esta grande oportunidade que a Mãe Terra está dando a cada um de habitá-la. O batucar dos pés é um diálogo, com essa grande energia e esse contato desperta o sentimento real de que faço parte da terra e um dia a ela retorno.

1.5 O olhar das crianças sobre o Batuque

O Batuque na comunidade já estava sendo esquecido, apenas os mais velhos dançavam e cantavam. As crianças somente conheciam o nome. Por isso o papel da escola em fomentar, valorizar a cultura local e as raízes africanas. Por isso a participação das crianças é na prática a continuidade viva da cultura, pois serão elas que irão manter e fortalecer a prática (Figura 28).



Figura 28 – Crianças no Pé do Serrote.
Fonte: Alfredo Neto, 2017.

Trazer as falas dessas crianças nos ajudará a entender o quanto esse processo cultural é importante. É preciso conhecer e valorizar as suas origens para entender-se como ser quilombola dentro de uma sociedade racista e que foi construída a partir da escravização do negro. Entender o processo cultural é entender o seu papel no mundo. Vamos ouvir as falas das crianças:

Eu gosto de dançar o Batuque. Sinto alegria quando danço. Eu percebo que quem mais participa da dança são as mulheres. Por gostarem mais de dançar. (L.S.S.S, 9 anos).

Eu danço o Batuque por que gosto. Eu sinto alegria e animação. Quando o Batuque toca toda a comunidade fica animada. Não sei explicar por que as mulheres participam mais. (B.R.L, 11 anos)

Eu gosto de dançar o Batuque. Quando danço sinto alegria e uma sensação boa que não sei explicar. As mulheres participam mais, pois tem menos vergonha e vontade de dançar. (A.S., 11 anos)

Eu gosto de dançar o Batuque. Eu sinto alegria e animação. Acho os passos muito bonitos. Percebo que as mulheres gostam mais de participar e os meninos tem mais vergonha de dançar. (M.R.S.L, 12 anos)

Eu gosto de dançar o Batuque. Eu me sinto soltando as energias. Acho as músicas muito criativas. E mostra a cultura do negro. Eu percebo que mais participa da dança do Batuque são as mulheres. As mulheres participam mais, porque são mais soltas e os meninos tem mais vergonha.(M.R.L, 09 anos)

Nas falas percebe-se a alegria existente na prática da dança e a participação feminina. O entendimento da maioria das crianças é que a participação das mulheres ocorre em razão de as mulheres serem mais desinibidas do que os homens. O pertencimento como cultura dos negros também é trazido nas falas.

Outra prática cultural muito usual no Serrote é ouvir e contar histórias nos terreiros. Esse costume ainda ocorre entre os mais idosos, mesmo com a modernidade e a tecnologia existentes na comunidade. Em razão da importância dessa prática cultural, a escola resolveu marcar um dia para contar e ouvir histórias, tanto de “trancoso” como de assombração. Nesses momentos aproveita-se para partilhar conhecimentos e relembrar de cenas e acontecimentos que foram relevantes para as memórias locais.

Com as “contações” das histórias ficou evidente que esse ato não se restringe somente aos idosos e as crianças têm muito o que contar. Nesse processo de interação e troca ficou evidente como a tradição da oralidade é importante para o diálogo entre as gerações. Esses momentos revelaram também que a tradição oral do Serrote é muito forte, pois a maioria das crianças e jovens sabe contar uma história, seja de “trancoso” ou de assombração ou alguma história engraçada.

O ato de contar e ouvir histórias é um elemento que fortalece a educação, pois desperta a criança para a escuta, além de tornar o ambiente escolar mais atrativo e interessante. As crianças acabam se interessando mais pelo momento de aprendizagem. Por isso os elementos culturais como o Batuque e contar histórias estão presentes no processo educativo da escola, em Serrote. Não se trata de um contar qualquer história; são histórias carregadas do ambiente familiar, do meio ambiente que também dialoga, nutre, encanta e embeleza a imaginação das crianças.

Quando as crianças contam histórias que estão presentes um pé de manga, por exemplo, todas elas sabem de que árvore estão falando; de como é gostoso subir e deliciar-se com seus frutos. Esses sentidos de memória, de gostos e cheiros não estão inseridos dentro de qualquer história, mas sim naquelas que revelam uma memória, um momento; um lugar e um tempo. Este é o elemento essencial, o de poder ser transportado para este imaginário de sonhos, que descreve um lugar real, a própria comunidade do Serrote.

Esta prática tem o objetivo de despertar nas crianças e jovens a educação para “o ouvir”. A criança começa a perceber que o mais velho, sabe de coisas e assuntos que ele ainda

não sabe. Entender a importância deste conhecimento é essencial para entender a si mesmo, a comunidade e a sociedade a qual estão inseridos.

Viver a ancestralidade é viver as práticas culturais, mas com um novo olhar; olhar que ressignifica, construindo uma ponte entre o novo e o já vivido, entender que não existe nada pronto e tudo está em construção. O ato de dançar o Batuque e de contar histórias vêm sendo ressignificados por quem já dançou e agora está dançando.

A curiosidade está presente na vivência das crianças do Batuque. A animação e interesse pela música e seus sons tem o poder de transportar para séculos passados, mas também tem o poder de levar para o futuro. A criança não tem vergonha de dançar e errar o Batuque, de ser quem quiser ser, dançando ou cantando o Batuque.

Mas, é preciso registrar que com tudo isso, ainda há jovens na comunidade influenciados por outros ritmos musicais que acabam não compreendendo a importância do Batuque e sua tradição oral, pois não tiveram uma educação que privilegiasse a cultura afro-brasileira e a importância da existência de trazer a luta e resistência em cada passo, em cada verso, em cada rosto.

A educação voltada para a história da comunidade privilegia e ajuda na manutenção da comunidade. O que os jovens consideravam feio, hoje já começou a se modificar com a integração deles no grupo do Batuque e na participação em apresentações. Para que isso acontecesse precisou que a Escola tomasse a frente na educação do Batuque para que a cultura começasse a ser estudada e apreciada.

Muitos desafios ainda têm que ser enfrentados como a participação efetiva de mais professores e famílias da comunidade nesse projeto de vida que se tornou o Batuque. Por meio dele podemos presenciar a cultura da comunidade viva e atuante. É um trabalho que não pode parar ou desanimar, pois é um caminho para o empoderamento da comunidade e valorização da cultura ancestral, antes praticada somente pelos idosos e que agora está sendo apreendido pelas crianças e jovens.

CAPÍTULO 2

ESCUTANDO HISTÓRIAS NO PÉ DE SERROTE

As histórias orais fazem parte do cotidiano dos descendentes de africanos que foram sequestrados para o Brasil. É por meio delas que a cultura afro-brasileira conseguiu deixar a sua contribuição para a sociedade brasileira. As pessoas nas comunidades quilombolas Serrote convivem com essas lembranças todo o tempo, revivendo as histórias dos ancestrais quando chegaram à comunidade e a formação de suas famílias neste lugar. A (Figura 29) apresenta várias gerações de famílias em que a tradição está sendo transmitida aos mais jovens. Esta figura representa a cultura e a religião da comunidade.



Figura 29 – Mulheres do Batuque do Pé do Serrote.

Fonte: Alfredo Neto, 2017

De acordo com Gebara (2002), a história das mulheres no Brasil tem forte influência da dominação portuguesa. As índias foram violadas, escravizadas e muitas foram mortas. As negras foram sequestradas para o Brasil na condição de escravas, como se fossem objetos. As europeias vieram, acompanhando os invasores, e trouxeram com elas toda a cultura de dominação. Elas não foram parceiras e reproduziram a dominação, tanto no trato com índias como no trato com negras. O que restou a sociedade brasileira foi uma dívida histórica com os

negros e as negras, e a busca por uma igualdade tardia nas relações de poder entre as mulheres negras e brancas.

No Brasil, os quilombos constituíram-se na principal forma de luta e resistência à escravidão. Munidos de organização política, econômica, religiosa e militar, os oprimidos desenvolveram um impressionante trabalho de estruturação da vida em coletivo, criando uma alternativa concreta à sociedade escravocrata.

De acordo com Albernaz (2011), as mulheres quilombolas participaram, diretamente, dos enfrentamentos contra os temidos capitães do mato, transportando pólvora e armamentos. Destacaram-se, também nas comunicações entre os grupos e na organização da vida de suas comunidades, zelando pelo abastecimento de alimentos, confeccionando roupas e utensílios para uso doméstico, dominando os conhecimentos sobre as ervas medicinais e atuando nos rituais religiosos.

Alguns exemplos de resistência estão presentes na história dos quilombos no Brasil como a irmandade negra composta de homens e mulheres livres para ajudar negros e negras escravizados. Fazem parte dessa história a Revolta dos Malês (Salvador), a Balaiada (no Maranhão) e tantas outras experiências de resistência. Em Pernambuco, a rebelião liderada pela Sociedade Secreta do Divino Mestre (Agostinho José Pereira) foi desarticulada pelas autoridades locais.²⁰ A luta quilombola permanece ainda hoje na coordenação de articulação das comunidades quilombolas em nível nacional.²¹

A comunidade quilombola do Serrote foi escolhida, pois ali ocorre uma participação efetiva das mulheres em defesa do território, juntando-se ao movimento como Movimento de Atingidos por Barragem (MAB). Ao privilegiar as mulheres na análise desse estudo buscou-se analisar gênero associada aos conceitos de territorialidade, permitindo compreender as ações das mulheres em seu contexto social, no lugar onde vivem.

Ao entrar na comunidade quilombola do Serrote e a conversar com os moradores todos podem escutar as histórias que envolvem o Pé de Serrote, uma serra, que nomeia a comunidade. São histórias vividas pelos moradores de Serrote; histórias que muitos presenciaram e vivenciaram. Existem histórias vividas na comunidade, nas estradas, nos rios e embaixo das árvores. Existe um clima místico e espiritual na comunidade também retratados nas histórias. Essas histórias são vividas pelas mulheres do Batuque e foram trazidas neste

²⁰ Fato ocorrido em 1852.

²¹ Coordenação de Articulação das comunidades quilombolas na luta pelas leis quilombolas.

trabalho para demarcar o protagonismo e a luta das mulheres quilombolas de Serrote na defesa do território. O registro é para visibilizadas e registrar a presença da mulher quilombola do Serrote e a tradição do Batuque. A partir de agora serão contadas as histórias das mulheres do Batuque do Serrote.

2.1 Religiosidade: Um passo para a tradição do Batuque

Vou contar para vocês como foi a vida de uma mulher muito importante para o Quilombo do Serrote, **Maria Rodrigues Lopes**. Ela nasceu em 5 de outubro de 1944, filha de Almira Rodrigues da Rocha e José Mariano Lopes (Figura 30). Desde criança começou a trabalhar na roça para sustentar seus irmãos, pois com a morte do pai as condições de vida da família pioraram, tendo que ajudar sua mãe na criação dos irmãos.



Figura 30 – “Sou Maria do Serrote, Maria do Chapéu, Maria do Povo, Maria da gente, Maria de Deus”.

Fonte: Elaine Lopes, 2017.

Maria Rodrigues estudou até a terceira série (hoje o 2º ano) em meio aos trabalhos da roça; passou sua adolescência trabalhando na roça, morava num rancho de palha, debaixo de um pé de pau. Dormia em um pedaço de esteira e embrulhava-se com um pedaço de saco. Passava o dia trabalhando nas roças de mandioca muitas vezes, fazendo uma refeição por dia.

Com 20 anos, casou-se com Vitório Tertuliano de Souza, e foi que com muita luta e trabalho na roça e com a colheita de mandioca que conseguiu construir uma casa para morar.

Teve 11 filhos que foram estudar na cidade por não haver escolas na comunidade. A vida de Maria sempre foi de muita luta pela sobrevivência, por isso apegou-se à religião como forma de encontrar-se com Deus e devotou a sua vida para isso.

A questão espiritual na vida de Maria foi muito forte. A premonição através dos sonhos ajudou a tomar decisões e desenvolver ações muito fortes na comunidade. Uma dessas ações foi realizar as novenas no Pé de Serrote, fundando assim a Fraternidade do Carmelo. Ela conta que pediu um livro para rezar as novenas a padre Adolfo (padre da época muito celebrado pelas pessoas por sua seriedade e broncas na hora da missa), mas ele disse que não tinha. Então procurou Carlos dos Santos, ele já pertencia a Fraternidade do Carmo e morava em outra localidade, mas ela não sabia onde ele morava em Santa Maria da Boa Vista.

Lembra que no dia que estava procurando por ele, apareceu uma criança que disse saber quem ela estava procurando, sem ao menos lhe perguntar nada, e que ia levá-la na casa desse homem. Maria admirou-se com a esperteza do menino e o seguiu até chegar a casa de Carlos. Quando resolveu tudo, perguntou a todos se conheciam a criança, ainda que tenha dado as características, mas ninguém a conhecia, nem a viu. Maria acredita que foi um anjo, que a guiou ao homem, ajudou assim a fundar a Fraternidade do Carmo na comunidade quilombola do Serrote.

A vida de Maria destacou-se na comunidade por sua força e suas ações em defesa da religião católica e da comunidade. Depois da criação a Fraternidade do Carmo realizou o novenário do Bom Jesus que acontece no mês de agosto na comunidade e teve início há cerca de 200 anos, com a mãe de Etelvina Marques dos Santos que teve a missão de rezar das novenas na comunidade.

Mesmo sendo católica sempre esteve envolvida com histórias de espíritos, seres encantados e histórias geralmente contadas e apreciadas nas conversas, nos terreiros das casas, ou mesmo nos momentos de conversas em qualquer lugar da comunidade.

Na década de 1960, Maria lutou para a comunidade ter uma urna eleitoral onde as pessoas pudessem votar sem precisar sair para outra cidade a fim de cumprir com o direito do voto. Em 2007, ela teve no grupo que lutou pela certificação da comunidade como quilombola; além de sempre estar junta na luta ao acesso por políticas públicas e leis quilombolas.

Maria conta a “História do salão encantado”. Ela conta que numa certa manhã, Maria Cândida Rodrigues (conhecida como mãe Zea), e Teodora Rodrigues foram fazer uma caminhada pelo Pé de Serrote, quando de repente encontraram um salão enorme, com areia branquinha entre as rochas, era o Pé de Serrote. Elas acharam lindo e ficaram tão encantadas com a beleza daquele lugar que entraram, dançaram bastante, e quando cansaram resolveram sair para chamar Dejanira Lopes para também usufruir daquele lugar, mas quando voltaram as pedras e o salão tinham desaparecido entre as rochas. Esta história é considerada verdadeira pelos idosos da comunidade.

Uma outra história mais popular é a do “Cavaleiro Demiro”. Maria do Serrote conta que nas terras do Serrote, na década de 1980 existia um cavaleiro que vivia assombrando as pessoas nas estradas, segundo ela, era um espírito de um homem que ninguém sabe de onde vinha. Os mais velhos contam que às oito horas da noite todas as pessoas entravam para as suas casas com medo do cavaleiro, que era visto por várias pessoas, quando passava galopando pela estrada. O interessante nessa época é que enquanto as pessoas se escondiam João adorava caminhar pela comunidade de madrugada. Ele era uma pessoa muito religiosa, e por isso cheio de coragem. Maria do Serrote conta que João Marques, filho de Telvina Marques, encontrou-se com cavaleiro Demiro. Ela relata o encontro:

Já era mais de meia noite, quando João vinha pela estrada com destino a sua casa. De repente aparece o Demiro em seu cavalo impedindo João de ultrapassar. Foi então que ele começou a rezar o Creio em Deus Pai, quando terminou o cavaleiro retirou-se a galopes e João seguiu o seu caminho. Maria do Serrote disse que em uma certa noite estava em casa sozinha quando ouviu os galopes do cavalo de Demiro que aproximou e parou em frente de sua casa. Ela começou a rezar e ele acabou indo embora.

O “Pé de Quixaba” é muito comum na comunidade. A Quixaba é uma árvore que pode chegar até 15 metros de altura, da família das sapotáceas, nativa do Brasil. No Nordeste, é típica das caatingas onde ocorre em solos de textura argilo-arenosa. A madeira é dura, a casca tem propriedades adstringentes e tonificantes, as folhas e os frutos são forrageiros, servindo de alimento para o gado na época da seca. É predominante no sertão, e faz parte das histórias da comunidade.

Conheça outra história, que nos conta Maria do Serrote: “A Quixabeira assombrada”. Maria do Serrote conta que havia uma quixabeira na malhada e que era muito comum as pessoas presenciarem um fogo que a iluminava. Segundo Maria do Serrote, o finado João Marques presenciou essa cena várias vezes, pois em uma época de acontecimentos

extraordinários, magia, ele era o único que costumava sair de madrugada pela comunidade sempre a rezar o terço. “Êta, homem corajoso!”.

Em qualquer lugar da comunidade de Serrote, há seus encantos e uma história pode acontecer.

Marta Rodriguez da Rocha, nasceu no dia 7 de janeiro de 1930, filha de Eupideo Rodrigues da Rocha e Maria Rocha Rodrigues de Oliveira (Figura 31). Ela lembra da infância triste na comunidade, quando tinha de ir para a roça fazer farinha no saco, para comer, e o seu pai ia pegar peixe no rio para vender.



Figura 31 – Marta Rodrigues da Rocha.
Fonte: Alfredo Neto, 2017.

Dona Marta não se lembra de brincadeiras, principalmente depois que seu pai morreu, pois teve que trabalhar na roça para sustentar a família. Estudou com a professora Das Neves dos Santos, que ensinava as crianças da comunidade. As aulas eram dadas nas casas das pessoas e somente estudava quem podia pagar.

Quando tinha 32 anos casou-se escondido no civil. Depois que se casou com Deoclecio Silva compraram um motor e tiveram sua própria roça. Hoje vive da aposentadoria como agricultora.

Lembra-se da educação na comunidade e que trouxeram um professor da Bahia, Manoel Coruto, que era bruto, ensinava com palmatória as crianças. O divertimento que tinha na comunidade era o Batuque. Achava mais bonito os casamentos antes, pois tinha o Batuque e a chegada dos noivos no jegue. Conta que antigamente na comunidade tinha apenas três

casas de tijolos, as de Eupideo Rodrigues da Rocha e Maria Rocha Rodrigues de Oliveira, as demais casas eram de barro.

Ela nos conta a história do “Bicho preto”. Um dia dona Martinha estava a caminho do Serrotinho, ia rezando como era o seu costume. Vinha distraída pela estrada concentrada em suas orações, quando de repente viu um bicho preto, mas como se fosse uma massa preta, não tinha pés, nem cabeça. Passou em sua frente, não pareceu tê-la visto e em alguns minutos desapareceu. Outro dia quando estava indo em direção a Pedra Grande, deparou-se com o mesmo bicho preto que passou em sua frente e depois desapareceu.

Maria de Lourdes Rodrigues Lopes, nasceu em Serrote no dia 5 de março de 1951 (Figura 32). Filha de Almira Rodrigues da Rocha e Equideo Rodrigues da Rocha. Estudou até a quarta série. Passou muito tempo até a fase adulta, trabalhando nas roças da comunidade e das ilhas ao redor para sobreviver. Depois de algum tempo, já adulta, procurando melhores condições de vida foi para São Paulo, passando lá mais de dez anos de sua vida.



Figura 32 – Maria de Lourdes Rodrigues Lopes.
Fonte: Alfredo Neto, 2017.

Maria de Lourdes conhece o Batuque desde criança, sempre foi encantada pela dança. Mesmo fora da comunidade, nunca esqueceu suas raízes e sempre dançava para relembrar a sua vida na comunidade. Em 2002, ao retornar para Serrote, começou a se envolver na luta por melhorias sociais. Em 2007, acompanha o processo de reconhecimento

da comunidade como quilombola e a partir de 2008 começa a ensinar as crianças e jovens a dançar o Batuque, colaborando com a defesa da cultura quilombola.

Dinha, como é chamada pelos mais íntimos, trata todos com muito amor e carinho. Também nos delicia com seus pratos maravilhosos e ajuda nas atividades culturais, nos ensaios e apresentações do Batuque, coordenando e dançando. Com esse trabalho, ela contribui para a valorização da cultura local, além de participar das atividades religiosas da comunidade com muita dedicação. Está sempre pronta a ajudar as pessoas, ela é um exemplo de vida.

Dinha também conta histórias, e uma delas é a da “Pomba Encantada”. Ela conta que havia uma pomba com uma corrente brilhante que sentava sobre as pedras, sobrevoava o Pé de Serrote e depois ia embora, parecia algo muito especial que vinha e se transformava. Os mais velhos diziam que sentiam a presença de um anjo que se transformava em pomba e vinha abençoar o monte.

2.2 Cultura: uma ponte para a tradição

Maria Dulce Torquato, nos fala que “Nosso maior entendimento foi para que cada uma de nós tenhamos direito de vida. Os homens pegaram todos os direitos para eles”. Maria Dulce conheceu o Batuque quando criança, ao presenciar, os mais velhos dançarem (Figura 33). Ela admirava a alegria que existia naquele ritual de dança, mas, quando casou, em dezembro de 1972, com Albino Onofre começou a dançar o Batuque na comunidade e em outras cidades. Albino Onofre teve a iniciativa de organizar o grupo e realizar apresentações na região. Sua vida de casada uniu o trabalho na roça, a educação dos seis filhos e a dançar o Batuque.



Figura 33 – Maria Dulce Torquato.

Fonte: Afredo Neto, 2017

Ela conta que fizeram apresentações do Batuque, na década de 1980, na Escola Municipal Judith Gomes e em eventos culturais em Santa Maria da Boa Vista, na Festa da Uva em Lagoa Grande (PE), em Riacho Seco (Bahia) e no festival cultural em Recife (PE), destacando sempre que as pessoas apreciavam muito a dança.

Muito animada conta uma “história de trancoso” que aprontou quando adolescente. Ela lembra que as pessoas vinham das comunidades vizinhas e de Riacho Seco para contar “histórias de trancoso”. Com isso ela adquiriu o hábito de contar histórias ao ouvi-las nas rodas de histórias que participava no terreiro de sua casa. Dulce conta que depois do jantar decidiu fazer palhaçada se vestiu toda de preto, com um vestido de sua tia Tontonha. Em seguida colocou um chapelão de palha e pintou o rosto de carvão e começou a contar: “Dona Maria, quantas filhas você tem? Tenho quatro filhas e não caso com ninguém.” Conta que fez um rebolado. E cantava: “Carolina, hum hum.” Conta que quando sua tia Leosmina viu disse: “Olha, eita, Afrosio olha o cão, vamos rezar.” E começaram a rezar e quanto mais rezava eu dançava. O compadre Afrosio disse: “Mãe, seja o cão ou não seja, eu vou pegar a espingarda,

e saiu correndo atrás de mim.” Corri, ele não conseguiu ver quem eu era. Mas deixei minha sandália cair do pé. Fui pro quarto e me escondi. Aí meu primo chegou em casa e disse: “Madrinha essa sandália é de Dulce?” Acho que é. Responde a tia: “Pois então era ela”. E Dulce morria de dar risada no quarto. Ela conta que fazia aquelas brincadeiras para se divertir.

Albertina Marques Gomes, nasceu em 26 de janeiro de 1946, no Serrote, filha de Etelvina Marques dos Santos e Alberto Onofre da Silva. O parto foi feito por Antônia Valentina Santos e Guardina Marques dos Santos.



Figura 34 – Albertina Marques Gomes.
Fonte: Alfredo Neto, 2017.

Desde a infância, sempre muito feliz, costumava ir para o mato pegar camaleão, vigiar o milho e rapar mandioca, por ver as mulheres adultas fazendo mesma coisa. Estudou até a quarta série com a professora Das Neves Silveira. Participava das brincadeiras de roda na comunidade, pegava peixe colocando a rede nos rios e brincava com as pedrinhas. Em 1976, casou-se com 22 anos, tendo dois filhos Alberto Marques Gomes e João dos Reis Marques Gomes. Ficou viúva e criou seus filhos sozinha. Desde criança presenciava as rodas do Batuque e ia aprendendo a cantar as músicas e criar os versos.

Albertina Marques já era acostumada a participar da roda do Batuque, animando com seu canto e tocando seu pandeiro. Desde 2008 começou a tocar no grupo do Batuque com as mulheres e crianças da comunidade. Ela também ajudava a colaborar com a manutenção da cultura do Batuque. O papel dela no grupo é essencial, pois era simpática e muita animada, mesmo não tendo participado antes do grupo sabia tocar as músicas. Também está sempre à frente das ações religiosas na comunidade. Foi uma das mulheres que ajudou na construção da capela e que estimulou em parceria com Maria Rodrigues as novenas da comunidade, além de ajudar na organização da associação e na manutenção da cultura local.

2.3 Arte, trabalho e benzedura

A história de **Patrocina Marques** mulher reflete a vida de uma guerreira, que mesmo sendo mãe solteira e tendo sido expulsa da casa dos seus pais, não se deixou abater e deu a volta por cima. Ela conseguiu criar seus dois filhos trabalhando com artesanato e agricultura e sempre tinha um tempinho para um Batuque.

Patrocina Marques nasceu no dia 7 de fevereiro de 1927 (Figura 35). Filha de Geraldina Marques e Henrique Marques. Teve dois filhos, José Marques e Raimunda Marques. Era artesã da comunidade, fazia panelas, pratos e potes de barro. Desde criança dança o Batuque, é a mulher mais idosa hoje da comunidade que dança. Mesmo doente ainda requebra e batuca no pé como antes.



Figura 35 – Patrocina Marques.

Fonte: Alfredo Neto, 2017

Pedrina Marques Gomes, nasceu no dia 12 de maio de 1957 (Figura 36). Teve três filhos. Sempre trabalhou na roça. Teve uma infância muito sofrida, é uma pessoa muito recatada não gosta muito de falar de si mesmo, mas cumpre o papel de benzedeira da comunidade. Todas as pessoas que estão com quebranto ou mal olhado recorrem a ela para se benzer. Desde criança, dança o Batuque e o considera um fator de identidade. As mulheres são maioria, mas sempre tentaram guardar a tradição da dança. Para ela, o batuque ensina a cultivar a união uns com os outros.



Figura 36 – Pedrina Marques Gomes.
Fonte: Alfredo Neto, 2017.

Zenilda Marques Gomes, nasceu no dia 5 de março de 1970 (Figura 37). Filha de Pedrina Marques, dança o Batuque desde criança. Sempre colabora com as apresentações e ensaios da escola. Trabalha na roça desde criança sendo esta sua ocupação principal na vida. Não estudou, teve uma filha e é muito tímida e caseira. Estudou até o nível fundamental I, e conheceu o batuque na infância. As mulheres têm sempre mais vontade em manter a tradição da comunidade. O Batuque estimula a união, a solidariedade e vontade de lutar pela comunidade.



Figura 37 – Zenilda Gomes
Fonte: Afredo Neto, 2017

2.4 Mobilização: A união faz a força

Penso em um quilombo organizado e com direitos, em que todos trabalham e pensam no bem do próximo. Por isso luto, porque sei que quanto mais pessoas defendem essa causa, mais ela se tornará fácil de ser realizada. Eis aqui mais histórias de vida de mulheres do Serrote.

Edvânia Santana de Souza, nasceu no dia 3 de novembro de 1988. Aos sete anos de idade iniciou os estudos na Escola Araújo Jorge, em Serrote, onde estudou até a 4^a. Série. Na escola, os professores se organizavam com os alunos, em datas comemorativas, para fazerem eventos e gincanas. Quando era sobre folclore o corpo docente da escola falava sobre as lendas, histórias e a cultura da comunidade, como por exemplo, o Batuque. Elas se juntavam aos idosos e crianças para dançarem na escola. No São João dançava quadrilha e montava barraca com comidas típicas.



Figura 38 – Edvânia Santana de Souza
Fonte: Alfredo Neto, 2017

Em 2005, Edvânia foi estudar na escola Padre Maurilio Sampaio, na cidade de Santa Maria da Boa Vista, onde cursou durante quatro anos o normal médio. Lá teve experiências diferentes da comunidade, encontrou outros professores, disciplinas diferentes e fez novas amizades. Em novembro de 2011, fez novamente outra prova para cursar Serviço Social e terminou em 2015.

Quando comecei a participar do Batuque era mais que um dever, era um momento cultural da comunidade, principalmente do Batuque que tem uma história mantida por alguns idosos e repassados para as crianças, jovens e adultos, mantendo assim a cultura o modo de viver dessas pessoas como as suas lutas e conquistas. Pretendo continuar participando, porque é um momento único e é muito bom está contribuindo com a cultura do meu lugar. As histórias do Batuque que eu tenho conhecimento, que existia um grupo de pessoas na comunidade, junto com idosos que era os mestres e todos se juntavam com os jovens e crianças para fazerem um momento de diversão, e era muito divertido quando tinha eventos na comunidade, o grupo se organizava para realizar apresentações. Esse grupo viajava para vários lugares para se apresentarem. O Batuque existe na comunidade há vários anos, porém, eu comecei a inserir mesmo, quando tive conhecimento das lutas da defesa da identidade cultural do Batuque, através da companheira Elaine Lopes, moradora e também professora. Desde que comecei a

participar do Batuque eu sinto que tenho um dever de socializar e buscar forças para trabalhar a cultura popular na comunidade e fazer o reconhecimento para as novas gerações, e não o trago como resgate, mas, como cultivo de uma semente que os antepassados plantaram. O Batuque é uma dança afro brasileiro e percebo-o como um fator de identidades na construção de valores de uma cultura viva que foi ensinada aos seus filhos, netos parentes e assim foi repassada de geração para geração.

Aparecida Lopes de Souza, nasceu no dia 7 de fevereiro de 1980 na cidade de Santa Maria da Boa Vista. Em 1986, foi morar na cidade de Juazeiro para estudar. Estudou até a antiga 5ª série na escola Aprígio Duarte. Depois voltou para Santa Maria da Boa Vista, onde terminou o 2º grau na Escola Padre Maurilo Sampaio, em 1998. Iniciou a graduação em Serviço Social no IES em 2012. Casou-se com Odair dos Santos, em 2001, e em 2010 teve uma filha, Dandara Lopes.



Figura 39 – Aparecida Lopes de Souza
Fonte: Alfredo Neto, 2017

Fala de Aparecida:

O Batuque que nossa mãe vem sempre dançando, particularmente vejo como uma tradição da comunidade que tenta se mantê-lo como uma cultura. Os adolescentes o consideram como cultura e não como dança de velhos. É uma cultura que tem de ser preservada, mesmo com o surgimento de novas danças, elas não tem a essência que o Batuque, que traz em sua história a

luta de um povo. Com 12 anos assisti uma apresentação do grupo na comunidade do Batuque, mas faltou um participante. Foi quando me chamaram para entrar na dança do Batuque, participei da dança do coco. Aquela apresentação chamou minha atenção, pois achava que criança não podia participar. Não era comum ver crianças participando dos grupos de dança. Os idosos não tinham essa preocupação em ensinar as crianças a manter essa cultura. Eu como jovem achava que criança não participava, pois não via outra. Comecei a observar a dança e a partir daí a assistir e me questionar por que criança não participava? Acho que a sociedade é construída por mulheres, quem toma de conta são as mulheres. Apesar da imposição dos homens, com jeitinho, ela modifica tudo. Com seu jeito doce, passivo, resolve todas as questões que surgem. A base da sociedade é a mulher. A união delas está em questão da luta. E a luta em si, faz que os grupos se unem e se fortalecem. Nesse embate sobre a barragem e defesa do território. E a gente sabe que essa relação do MAB (Movimento de Atingidos por Barragem) é bastante relevante. Essa parceria fortalece o reconhecimento do território. É o início da luta. Vamos nos unir para lutarmos. É um ciclo de organização para a luta. Para as questões serem resolvidas. Sempre que posso estou lá. Assim que sou convocada estou presente. Após o trabalho de Elaine Lopes, desde que ela começou a se envolver nessas questões da comunidade. Ela trouxe essa luta para a nossa família, ela trouxe essa questão para dentro de casa. Ela nos ajudou a ampliar o nosso olhar crítico, as questões sociais. Era uma luta que a gente sabia que ia ter, mas, todos estavam dispersos e isolados. Só você ter uma dança original da comunidade, já é uma identidade. O Batuque do Serrote. Só aquele povo desenvolveu tal dança, com tal passo, com tal determinação. Quando se fala em Batuque do Serrote. O Batuque do Serrote com essa dança tem o jeito distinto de ser e existir. É originário foi feito pela geração passada. Os valores que estão inseridos são de manter e conservar a cultura na comunidade. É composto só de mulher. Por parte do Batuque, dança. Tudo que ela for fazer ela deixa um ensinamento para os jovens e com determinação. A mulher está mais preocupada em transmitir essa cultura para os jovens das comunidades. Tudo que a mulher vai fazer ela faz com determinação.

O depoimento de Aparecida mostra a conscientização da importância do Batuque como tradição, que deve ser valorizado e transmitida às crianças. Quando ela fala que quando criança acreditava que só os idosos dançavam o Batuque demonstra que antes não tinham o cuidado de ensinar as crianças e nem se percebia a importância da dança; as crianças eram excluídas do processo. A fala acima também demonstra o papel da mulher para a existência e transmissão do Batuque. Fala do empoderamento e das ações da cultura da comunidade com o intuito da manutenção da tradição, como elemento da própria existência do quilombola.

Outra história de mulher do Serrote, **Cássia Sirleide Lopes de Souza**. Nasceu no dia 24 de abril de 1975, em Juazeiro (BA), filha de Maria Rodrigues Lopes e Vitório Tertuliano de Souza. Sendo uma das mais velhas dos dez irmãos, ela cuidava dos seus irmãos pequenos. Enquanto sua mãe viajava pelas cidades com a Fraternidade do Carmo, iniciativa da igreja

católica, ela ficava cuidando dos irmãos e da casa. Quando adolescente, sua mãe resolveu que ela fosse morar em Juazeiro em busca de melhor educação. Kursou ensino fundamental II nesta cidade e depois retornou para Santa Maria da Boa Vista para terminar os estudos.



Figura 40 – Cássia Sirleide Lopes Souza.

Fonte: Alfredo Neto, 2017

Em 1997, Cássia iniciou a Faculdade de História, no Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF), na cidade de Belém (PE), depois, transferiu para FFFP em Petrolina (PE). Passou seis meses indo estudar, pegando carona, pois o prefeito da época Rogério Junior, não custeou o transporte para o nível superior durante esse período.

Ao concluir a graduação em 2001, passou no concurso público para professor do município de Santa Maria da Boa Vista. Por ter um irmão surdo, sempre teve vontade de trabalhar com surdos ou pessoas com deficiência. De 2004 a 2006, fez uma especialização em Atendimento Educacional para trabalhar com surdos e pessoas com deficiência. Casou-se com Antônio Pereira em 2006. Em 2008, engravidou e teve uma filha chamada Ana Letícia Pereira de Souza, que também é brincante do Batuque.

Depois de algum tempo, na área de educação, resolveu fazer uma graduação em Serviço Social, de 2011 a 2015. Leciona na escola da comunidade há quinze anos, sempre participando e organizando trabalhos culturais na comunidade quilombola do Serrote, Cássia Sirlei fala sobre o Batuque:

O Batuque é uma dança tradicional da comunidade. Desde pequena que eu via o grupo de tio Albino dançar e ficava empolgada, querendo participar desse grupo, mas era criança. Gosto do Batuque. É uma dança tradicional da comunidade e a gente realmente não deve deixar morrer essa manifestação cultural, a partir daí a gente começa a ensaiar com as crianças. O papel da escola é de suma importância, pois por meio dela é que as meninas vão ter interesse em participar das danças, elas ficam retraídas e por meio da escola elas são incentivadas a gostar de dançar. Os valores são como se você tivesse se identificando, se autodefinindo com o Batuque, com a dança e o Batuque. A importância da mulher é de fundamental importância, pois ela se identifica, ela percebe a vital importância da cultura. Elas gostam mais de dançar, e são mais desinibidas que os homens.

CAPÍTULO 3

BATUQUE: IDENTIDADE, MULHERES NEGRAS E FEMINISMO

A discussão sobre identidade perpassa conceitos, parte da subjetividade e exterioriza-se no mundo de uma forma particular ou coletiva. Ao pensar em identidade é importante lembrar como e em quais níveis se processa essa questão em cada indivíduo. A identidade está sendo processada a cada momento, por isso a sua definição está ligada ao tempo e ao momento da vida.



Figura 41 – Contação de histórias no Quilombo
Foto: Alfredo Neto, 2017

Na figura 41 percebe-se a contação e valorização das histórias orais em Serrote. A escuta das histórias sobre a comunidade desperta nas crianças o gosto pelas histórias e o encantamento sobre os lugares que compõem o território.

A identidade consiste em assumir-se em toda a sua integridade e plenitude o seu corpo, sexualidade, ideais, modo de ser e viver nos seus padrões de comportamento. Segundo Calhoun,

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas, ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida. O autoconhecimento-invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta-nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (apud CASTELLS, 2000, p. 22)

Todos nós temos uma identidade latente que vem dos nossos antepassados e que nos coletiviza, mas essa identidade individual concretiza-se no interior de cada um e relaciona-se com o mundo a sua volta. Mesmo que não seja percebida pelas outras pessoas, ela esta viva. Para Castells (2000, p. 35)

Entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos inter-relacionados, o(s) quais prevalecem sobre outras fontes de significados. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autoapresentação como na ação social.

A negação da identidade ou sua aceitação tem mais a ver com a nossa história ancestral do que com a forma como pensamos o mundo, pois esse pensar nos é transmitido pelos nossos ancestrais, cabendo a nós aceitá-lo ou rejeitá-lo.

O conhecimento sobre a origem africana e quilombola no Brasil é relevante para refletir o nosso compromisso enquanto ser coletivo e individual. Fazer-se perceber originário de um grupo cultural que teve sua história transformada pela ambição e poder econômico, sendo desprezada toda sua cultura e conhecimento é um chamado individual à luta. Mas claro que nem todos os negros e negras vão entender-se com esse papel social e étnico que tanto é discutido nas comunidades quilombolas.

A trajetória da história africana nos trouxe significados de todas as coisas que compõem o mundo, mas a história oficial sempre relacionou a cultura e a religião africana à um demonismo ou a negação de que existe uma sabedoria milenar. Foi na África que tudo começou. A partir dela, o mundo que era apenas um bloco, dividiu-se dando origem aos demais continentes. O povo quilombola herdou a sabedoria e conhecimento espiritual que foram agregados a outras religiões e hoje são negados por determinadas religiões.

Neste Capítulo, a intenção é realizar uma breve análise do significado das histórias encantadas, espíritas ou ligadas ao imaginário das pessoas do Quilombo do Serrote. O sincretismo religioso, que muitos autores discutem, surgiu da necessidade de os africanos escravizados no Brasil preservarem sua religião, e por isso foram assimilando o catolicismo e por imposição tiveram que criar estratégias para continuarem a cultuar seus deuses. De acordo com Munanga (2006, p. 139):

A religiosidade negra é rica e variada. No Brasil, os nossos ancestrais africanos enriqueceram a nossa cultura com diferentes expressões e formas de se relacionar com o mundo mágico e sobrenatural. A relação com o mundo que podemos chamar de mágico pode ser considerada como universal do humano. Todos os grupos sociais, em diferentes épocas e espaços, constroem formas de se relacionar com o mundo desconhecido, em busca de caminhos e explicações que lhes ajudem a entender o enigma da vida e da morte, o sentido de ser e estar no mundo.

A cultura africana é rica em elementos que nos orientam a relacionar-se com o físico e o espiritual. Negar esta contribuição é não compreender uma sabedoria milenar transmitida de geração a geração e que ajuda a nos proteger das incertezas presentes no mistério da vida e da morte.

Uma busca constante inicia-se a partir do momento que nascemos e permanece durante toda a nossa trajetória de vida. O imaginário em torno da morte nos remete a pensar sobre o nosso futuro. Por isso a religião de matriz africana e demais religiões descreveram uma literatura imensa sobre o tema. Mas na verdade não podemos determinar e apenas discutir como essas crenças estão no cotidiano das pessoas que vivem no quilombo do Serrote.

Na comunidade o contar histórias espíritas, consideradas sobrenaturais, ou encantadas são comuns. A maioria delas são contadas por mulheres. A presença dos seres encantados povoam os pensamentos e o território da comunidade com lugares encantados. Neste trabalho estão representadas pelas histórias das mulheres do Batuque. Entender e compreender como essa vivência com o mundo espiritual acontece, é uma tentativa de entender como se processam as histórias orais na comunidade.

3.1. Histórias contadas: território e espiritualidade

Na história apresentada por Maria do Serrote, ela conta a história dos negros e seus tambores, o que reflete a ligação com os ancestrais africanos. A religião de matriz africana considera todos os elementos da natureza como divinos, e traz as suas divindades ensinando o respeito à natureza.

A presença dos espíritos daqueles que habitaram a comunidade é sempre sentida pelos moradores vivem lá. Um exemplo disso é o que Maria do Serrote, 77 anos, fala sobre o assunto:

Quando minha tia morreu, depois do enterro eu estava sentada em meu quarto quando ela apareceu e pediu a bênção, um costume de quando estava viva. Estendi a minha mão, ela abençoou. Colocou uma trouxa na cabeça e seguiu para a estrada e fui vendo seu vulto desaparecer, como se estivesse indo para o seu verdadeiro lugar.

No conjunto de crenças africanas sobre o universo, é atribuída grande importância aos espíritos dos ancestrais, pois são considerados seres intermediários entre homem e o ser supremo, criador de todo o universo. Segundo essas crenças, os ancestrais são dotados de muita energia, chama de energia vital, adquirida e acumulada durante sua existência na Terra. Os ancestrais foram grandes homens, que tiveram uma existência repleta de ações dignas e realizações importantes. Deixaram, assim, uma lição, ou seja, uma herança a ser seguida pelos seus descendentes.

O cavaleiro Demiro que protegia a comunidade com seus galopes, pois amedrontava qualquer bandido ou ladrão que andasse por ali a fazer maldades. Acreditava-se que com a morte a energia vital poderia se dissipar. Para que isso não ocorresse era necessário realizar oferendas, preces e rituais fúnebres, com o objetivo de manter a energia vital mesmo depois da morte. Pedrina explica que era comum as pessoas pedirem licença ou permissão para passar, quando encontravam o Cavaleiro Demiro pelas estradas, reconhecendo a sua autoridade. Havia também a pedra que observava a comunidade denominada pedra de Demiro.

Há pessoas, na comunidade, que tiveram experiências com incorporação. Segue o depoimento de Cássia Sirlei para que se possa refletir sobre o processo:

Percebeu-se algo sobrenatural, era como se tivesse algum espírito no corpo dela. Suas sobrinhas passaram longo tempo rezando, quando sua tia com uma voz grossa igual a de homem, perguntou se o galo já tinha cantado. As sobrinhas responderam que não, foi aí que perceberam que o espírito somente iria embora quando o galo cantasse. E assim a tia ficou por várias horas, até que o galo cantou e o espírito foi embora. Suas sobrinhas identificaram pela voz que era a alma de um falecido da comunidade. Naquele local tem-se o costume de rezar no dia do falecimento e permanecer, por muitos dias, na casa do falecido fazendo orações. Também é usual rezar uma missa no dia do falecimento e no sétimo ou 15º quinto dia do falecimento.

Segundo Munanga (2004, p. 162), é usual o candomblé, além de ser uma forma de expressão religiosa, servia igualmente para marcar os diferentes espaços das diferentes nações do candomblé, com base na diferenciação feita entre as influências recebidas das diversas tradições africanas. O mundo dos vivos que regem as forças da natureza são chamados de

Orixás. No candomblé de origem iorubá, os seres sobrenaturais que orientam o mundo dos vivos e regem as forças da natureza são chamados de Orixás. Os principais são: Exu, o mensageiro entre os orixás; Iansã, feminina, guerreira, deusa dos ventos e tempestades; Iemanjá, mãe de todos os orixás; e Ogum, o Orixá das guerras.

Mattos (2012, p. 160) afirma que as primeiras referências ao candomblé no Brasil datam do século XIX. Em linhas gerais, esse culto resume-se na prática de oferenda aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão. Desde aquela época os devotos são conhecidos como “pai e mãe de santo” e precisam passar por um processo de iniciação para incorporarem os espíritos dos ancestrais.

Todos esses elementos em discussão fazem referência ao Batuque, que não é somente uma dança, mas também representa a crença de matriz africana, em que cada elemento da natureza, tem papel fundamental de ligação com o cosmo ou o criador. As vivências do Batuque pelas mulheres refletem esses elementos.

3.2. Espaços de participação: protagonismo e movimento

Existe uma parceria das mulheres do Batuque na luta pela identidade quilombola com as mulheres que deram início ao reconhecimento e lutam na Associação Quilombola do Cupira²². Há algumas experiências de luta que serão relatadas neste Capítulo, que se articulam às histórias de vida das mulheres do Batuque. Destaco a participação de Edvânia Santana de Souza e Aparecida Lopes de Souza, ambas assistentes sociais e coordenadoras culturais, que fizeram parte de reuniões em defesa do território quilombola, junto com as mulheres da Associação Quilombola do Cupira, em particular, Fernanda Rodrigues e Marta Rodrigues parceria que iniciou em 2008.

Existe uma discussão a respeito da ideia de desenvolvimento fortemente presente na região representada pela construção de barragens. O governo tem uma noção de desenvolvimento diferente dos quilombolas e demais povos tradicionais. Os conflitos são gerados pelas discordâncias de interesses, violação dos direitos e inaplicabilidades das leis existentes.

O desenvolvimento proposto pelo governo, menospreza essa riqueza cultural quilombola. Esse desafio é particularmente difícil de ser superado devido às pretensões

²² Associação da Comunidade quilombola do Cupira. Localizada na vizinhança da comunidade.

universalistas do desenvolvimento, fortemente presente na fala governamental de modernização burocrática e tecnológica, aliada à ideologia neoliberal vigente, que tenta enquadrar a diversidade cultural na categoria de consumidores diferenciados (LITTLE, 2002).

Para o governo, a ideia de desenvolvimento está ligada ao estímulo a economia, não medindo os prejuízos e consequências negativas que isso possa gerar na vida das comunidades quilombolas, como é o caso de construção de hidrelétrica em comunidades quilombolas.

Os danos à vida das pessoas não são considerados relevantes. Há um verdadeiro descaso, comprovado pelo grande índice de suicídios, violência e depressão em comunidades que foram transferidas para outros lugares, pois não é dado acompanhamento psicológico a determinados grupos ou povos.²³ Os responsáveis por essas transferências não entendem que são perdas culturais, identitárias e morais.

Os prejuízos são materiais e imateriais, pois as plantas, o Rio São Francisco e o Pé de Serrote são elementos importantes na identidade das pessoas. Os elementos da natureza fazem parte das histórias individuais das mulheres e das demais pessoas da comunidade de Serrote e das outras comunidades vizinhas.

Para Little (2000, p. 40), quando se combina a problemática do desenvolvimento com a do reconhecimento da diversidade cultural, o etnodesenvolvimento, introduz um conjunto de novos temas, no seio do espaço público dos estados nacionais. No plano político, acontece um recorte étnico em relação aos debates sobre a questão da autodeterminação dos povos e, no processo, são questionadas as noções excludentes de soberania nacional.

Ao refletir sobre o que é desenvolvimento com base em seu significado começa-se a perceber suas finalidades. O prefixo (DES significa a negação, ação contrária, separação). Então desenvolvimento seria uma negação do envolvimento da separação entre as pessoas, o meio ambiente e o mundo.

Há uma dupla face expressa no conflito entre os defensores de um projeto vinculado a uma razão instrumental, alimentadora de processos de crescimento econômico e acumulação, baseados em relações de exploração entre classes desiguais, e aqueles defensores de uma razão histórica preocupada fundamentalmente com justiça social (QUIJANO, 1988).

²³ Ver em Dissertação Exílio: Pertencimentos e Reconhecimentos em populações deslocadas-O caso Itacuruba.

Fernanda Rodrigues conta:²⁴

As mulheres na comunidade quilombola do Cupira cumprem um papel de organização de base política, e lutam em defesa do território. As mulheres fazem a organização política de não apenas ficar na comunidade, mas melhorar a situação política na educação e saúde. A partir das ameaças de construção de barragens começou-se a organização da associação e a luta pela organização da comunidade. Começou-se a estudar as formas de organização da comunidade começaram com base na organização do MAB (Movimento de Atingidos por Barragem). Na comunidade existem sete grupos de organização (com 10 a 15 famílias) os grupos de formação e os grupos em atuação na região. Teve início com o MAB a fazer estudos dentro da associação para formação de jovens a fim de organizar estratégias de organização do território e estudar sobre os modelos energéticos que acentuam as desigualdades sociais e estimulam o machismo e o patriarcado. A atuação das mulheres na comunidade são elas as responsáveis pela religião, educação e identidade. E isso ocorre no Movimento de Atingidos por Barragem em esfera regional a nacional. Então na comunidade, tem os grupos de bases que formam a coordenação regional que gere a local e a nacional.

O MAB considera as mulheres como protagonistas na luta, organização e resistência nas ações contra a Barragem de Sobradinho e a de Riacho Seco e Pedra Branca. Cerca de 90% dessas mulheres estão na coordenação. Tenta-se quebrar ao máximo o preconceito e o patriarcado, além de pautar valores feministas e socialistas. Em todos os espaços de militância, oficinas e ações do MAB, há mulheres construindo com base nos valores e olhar feminino. Marta Rodrigues²⁵ explica em depoimento o que ocorre nos quilombos e formações do MAB:

Nossos direitos como negros foram violados. O capitalismo vem cooptando, as lideranças negras. E que não voltam mais para a base. É preciso iniciar a formação de outros agentes, perdendo assim lideranças para o governo. Referente aos quilombos, por isso é importante a formação de pessoas na comunidade para não ficarem vulneráveis. No MAB, além das forças de trabalho, temos os processos culturais que não têm o povo governamental onde as mulheres atuam nos espaços e ações na comunidade. Tenta-se com isso quebrar ao máximo o preconceito e o patriarcado. Tenta-se pautar com base em valores feministas e socialistas. Em todos os espaços de militância, oficinas e ações do MAB, tem mulheres construindo em cima dos valores e olhar das mulheres.

A fala de Marta é uma crítica sobre lideranças quilombolas que ocupam cargos de governo e acabam se desviando da luta quilombola para atender os interesses governamentais.

²⁴ Integrante da associação do Cupira que compõe a frente de luta quilombola e do Mab do Cupira.

²⁵ Integrante da associação do Cupira que compõe a frente de luta quilombola e do Mab do Cupira.

Ela explica também o espaço das mulheres na organização do MAB, mostrando que elas são bem atuantes.

Por isso a importância do processo de busca da história e da cultura das comunidades é tão importante. Conhecer e transmitir a história da comunidade a partir da luta e processos de resistência. Com base nos registros, compreender os territórios para usar como forma de luta coletiva e organização política, fortalecendo processos religioso, reativando grupos culturais com ajuda dos anciãos, como tem sido realizado em Serrote. Por isso tem sido levado a cultura para a juventude por meio das músicas, poesias, danças, fortalecendo assim o território, a luta.

O debate em torno da construção de barragens é parte da luta das comunidade quilombolas do Serrote, Inhanhuns e comunidades da região. Registro aqui parte de um processo recente e de como as comunidades quilombolas se posicionaram.

No dia 10 de agosto de 2014, foi realizada uma reunião na comunidade quilombola de Jatobá, município de Curaçá (Bahia), com a participação das comunidades quilombolas de Rompedor, Favela, Quixaba, Caraíba e Jatobá. Estiveram presentes também entidades sociais, como, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Convocada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (Seppir) e com a presença de representantes da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a reunião, para esses órgãos federais, tinha o objetivo de convencer as comunidades a aceitar a implantação da barragem de Riacho Seco.

Em seguida, integrantes das comunidades questionaram os representantes da Chesf sobre o projeto da barragem de Riacho Seco, se posicionando abertamente contra a construção da hidrelétrica e afirmando que as comunidades quilombolas locais irão resistir para permanecer em seus territórios.

Em 2006, já haviam sido organizados acampamentos pelos atingidos pelas barragens de Sobradinho, Riacho Seco e Pedra Branca, e reuniões com a direção regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que foi recebida para audiência com a diretoria da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), em Recife, na sede da empresa.

A audiência representou a abertura de um canal de negociação, em que foi cobrado o pagamento da dívida social das famílias, atingidas pelas barragens de Sobradinho e Itaparica,

a suspensão dos projetos de construção das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca, e a paralisação das obras de Transposição do Rio São Francisco. Além disso, os atingidos pautaram o projeto de reestruturação e desenvolvimento para o Vale do São Francisco.

Nos anos de 2013 e 2014, houve no município de Santa Maria da Boa Vista uma tentativa de fechar as escolas das comunidades quilombolas, e uma das ações das Associações foi organizar-se e unir-se a outros movimentos como o MAB e MST para lutar contra a nucleação de escolas. Essa luta evitou o fechamento das escolas tendo como referência a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que diz que os povos devem ser consultados diante de qualquer situação e decisão a serem tomadas para a comunidade.

De acordo com Little (2000), o fato de um território surgir diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica dizer que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. É imprescindível que a conduta de ações da luta esteja de acordo com as necessidades sociais, firmada pela defesa do território quilombola. Um exemplo disso acontece quando Edvânia Santana participa de reuniões em outras comunidades ou estado para construir alternativas e soluções pela defesa do seu território.

A luta pela defesa do território é o cumprimento de um dever ancestral, cultural, ambiental e social, que deve ser apoiada também pelos demais movimentos sociais e toda a sociedade brasileira na defesa dos povos quilombolas.

3.3 Mulheres Negras quilombolas do Serrote



Figura 42 – Mulher Negra e Fé.
Fonte: Alfredo Neto, 2017

No início deste capítulo ecoou, em mim, um verso da música de Gilberto Gil: “Andar com fé eu vou, que a fé não costuma faiar”. A figura 42 mostra a fé que orientou nossos ancestrais. As mulheres apegaram-se à crença de matriz africana como amuleto para essa grande jornada de martírio a que foram levadas. Essas guerreiras aqui foram deixadas a sua própria sorte. Pensar no destino dessas mulheres sem a fé e crença nos valores culturais a que pertenciam é desprezar a religião de matriz africana e a importância dessa na história das guerreiras africanas.

As histórias dos antepassados refletem a resistência e luta a que devemos nos espelhar para lutar pelos direitos negados aos nossos antepassados africanos. No processo “escravizatório” foram sequestrados os africanos para trabalhar de graça na construção desse país e foram violados em seus direitos humanos. A história de vida das mulheres dos irmãos de Cardoso que ajudaram a povoar a comunidade demonstra resistência e luta contra a escravidão.

O sofrimento dos ancestrais construiu a história da comunidade e dos negros aqui no Brasil. É preciso visibilizar as mulheres negras no seu importante papel na manutenção da cultura e da religião.

A herança deixada pelos nossos antepassados é de luta e resistência. Toda a escravização e violência impostas a negros e negras não acabou. É preciso estar sempre atentos na defesa dos direitos e leis que foram conquistados. A luta da mulher negra é diferente da branca; o espaço de luta é desigual. Um exemplo disso é o acesso das mulheres quilombolas do Serrote à educação. As mais idosas estudaram muito pouco (somente alguns anos do ensino fundamental), sendo que as mais novas conseguiram estudar mais, chegando assim ao nível médio. Mas em sua maioria não conseguem empregos que as valorizam. Às vezes o que conseguem é trabalhar na casa de mulheres brancas, tendo que lutar muito para ocuparem os melhores cargos da sociedade.

Essa mudança de olhar sobre si mesmo e sobre as pessoas da comunidade começou a se refletir após o reconhecimento como quilombola em 2008. Tanto na Escola, como na Associação e igreja²⁶ começou a reflexão sobre a questão de gênero, territorialidade e identidade. Essas discussões hoje são comuns em razão da presença das mulheres e da necessidade de organização da comunidade, para que unidos possam encontrar estratégias

²⁶ Capela da Comunidade Quilombola do Serrote.

para o fortalecimento da luta na comunidade. Esta luta existe por melhores condições de vida, e para geração de renda e fortalecimento da identidade quilombola.

Para conhecer a luta dos quilombolas é preciso entender quem são os quilombolas e o motivo dessa denominação. Os quilombos são comunidades de descendentes de africanos que se organizaram durante as fugas, criando uma forma coletiva de organização em comunidades. Quando Maria do Serrote se diz pertencer ao Serrote está demonstrando o seu lugar de pertencimento.

Existem muitos conceitos para quilombos. De acordo com Leite (2000), na tradição popular no Brasil há inúmeras variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar, ora ao povo que vive neste lugar, muitas etnias que o compõe ou as manifestações populares que acontecem em um determinado lugar. Ainda cita outros autores em sua obra *Quilombos no Brasil* como Kabengele Munanga, que ao conceituar o quilombo o compara à África, afirmando que o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos.

Nascimento (1978, p. 62) afirma:

Nessa versão o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicção, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório, exploração econômica e lucro.

A luta da mulher quilombola foi herdada do passado colonial quando a negra escravizada tinha que sobreviver a estupros e à ideologia de que era um objeto sexual. Como afirma Fernandes (1989), a camada senhorial encarava o escravo como uma coisa, um “fôlego vivo”, ou seja, um animal, uma mercadoria. Ele não fazia parte da sociedade estamental, era excluído como uma casta e dentro dela não era considerada pessoa dotada de condição para valer-se de direitos e deveres. Na sociedade capitalista e como trabalhador assalariado, ele desfruta de uma posição social e pode associar-se livremente para alterar sua situação. A classe não o expulsa, integra-o ao sistema de trabalho e à estrutura social do modo de produção capitalista. Ele pode ser, assim, duplamente revolucionário como proletário e como negro.

De acordo com Moura (2012), os quilombos contemporâneos mantêm a cultura com base em experiências de antepassados, com modificações substanciais em função das exigências de tempo e espaço. Quando Patrocina Marques produz seus potes e pratos de barro, hoje, está transmitindo a cultura dos seus antepassados, mantendo assim viva a tradição com a inserção de elementos novos. Por isso tratar o universo cultural das comunidades negras rurais como cultura subalterna, quase automaticamente inferior, é desconhecer a importância das fontes orais da história e o significado da cultura popular.

Os quilombos foram e são exemplos de resistência contra o massacre aos descendentes de africanos e pela preservação da cultura. As mulheres têm papel fundamental na manutenção da vida, da cultura sendo essa transmitida por meio das gerações. Esta luta é contínua e exige cada vez mais organização na luta pela aplicação das leis.

As mulheres negras puderam formar-se e concentram-se em grupos próprios onde podem discutir os problemas específicos que vivem e têm que enfrentar na sociedade. De acordo com Pacheco (2013, p. 58):

O papel das mulheres negras em lutas organizadas contra a escravidão – as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos – demonstrava uma reação à docilidade-cordialidade-submissão dos negros e das mulheres escravas contra a família patriarcal branca.

Mesmo na época da escravidão, as mulheres negras já se destacavam contra a opressão que era imposta a etnia negra. Elas mostraram claramente a tal insubmissão diante da realidade que estava sendo imposta aos descendentes de africanos.

Assis (2014) afirma que o silêncio existente na história em torno da atuação das mulheres negras tem seus fundamentos em uma sociedade profundamente baseada em uma ordem patriarcal de gênero, e em pressupostos racistas, ou seja, significa dizer que ser mulher negra em uma sociedade como essa é experimentar duplamente esse sistema de opressões por meio da relação de gênero e raça. Existe o desafio de resgatar essas mulheres que perpassa desafiar pressupostos de dominações racistas e sexistas que impedem a mulher negra de ser vista como indivíduo capaz de desenvolver e contar sua própria história.

Para Leite (2000), o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, que reaparece no Brasil República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo hoje

importante dimensão na luta dos afrodescendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, de uma reflexão científica em processo de construção.

Quando Aparecida Lopes transmite a cultura do Batuque para sua filha, não está somente transmitindo uma dança, mas a base da tradição centenária de luta e resistência de um povo que sobreviveu a um massacre, mostrando na prática o verdadeiro papel que a mulher ocupa na comunidade, de estimular a luta por um lugar melhor na sociedade.

A regularização fundiária não é, por si só, suficiente como um ato de reconhecimento e ampliação dos direitos dos remanescentes dos quilombolas, embora seja crucial para a continuidade e permanência dos herdeiros nas terras. Para Leite (2000), é preciso oferecer saúde, educação, saneamento básico, sustentabilidade e elevação das condições de vida para esses povos. Ela crê que a visão dos quilombos deve ser ampliada para além da ideia de unidades guerreiras. "O quilombo significa para essa parcela da sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente um passado a ser lembrado", afirma a antropóloga.

Cada vez mais as comunidades quilombolas precisaram empoderar-se do discurso de sustentabilidade e do conhecimento dos efeitos e conseqüências das hidrelétricas, para lutarem contra esse empreendimento sobre seus territórios.

As denúncias por falta de políticas e contra os empreendimentos de hidrelétricas é feito em parceria com o Movimento de Atingidos por Barragem, que vem esclarecendo para a comunidade as conseqüências das construções das barragens, demonstrando nas oficinas de formação, filmes e documentários sobre as comunidades que foram massacradas com as construções de hidrelétricas.

Para a mulher negra a valorização como quilombola ou negra requer apropriação de sua cultura e a construção de uma nova forma de enxergar que inspire o respeito à diversidade, e que retifique a dignidade diante de qualquer possibilidade de subalternização. Mendonça, et al. (2000, p. 9-10) afirma que é essencial considerar o papel que as mulheres vêm ocupando ao longo dos séculos na elaboração cultural e na perpetuação dos elementos da tradição herdada da África e recriada no Brasil.

O processo de buscar estratégias e oportunidade para o enfrentamento contra o racismo e as desigualdades de oportunidades entre mulheres negras e brancas é uma marca

presente na sociedade brasileira atual. A participação feminina predomina nas manifestações culturais da comunidade. Werneck, et al. (2000), afirma que, as manifestações culturais, os batuques, danças coletivas sem hora ou locais definidos e acessíveis a todos, eram instantes alegres de criação de vínculos e de viver o direito ao corpo, o qual prevalece nos quilombos de hoje e sobrevive em razão de muita luta.

3.4 Gênero e quilombo

Na história do Brasil falar de quilombo é sinônimo de luta e resistência. Para as quilombolas definir a questão de gênero é reafirmar a luta histórica das mulheres. É reconhecer o papel da mulher na história de luta dos africanos e africanas, é simplesmente afirmar a verdade. Quando conto neste trabalho a história de Maria Dulce Torquato que, mesmo com muitas dificuldades, sempre está pronta para ir à escola ensinar as crianças o Batuque, é para demonstrar sua atitude de dedicação à sua cultura, seu desejo de contribuir para a manutenção e o comprometimento na luta quilombola.

A relação gênero e a luta dos quilombos é visível quando se conhece a história da comunidade quilombola do Serrote. Falar da comunidade é descrever a participação das mulheres no fazer, ser e viver do local em que vivem. Essas mulheres agem na comunidade tendo como referência a luta sofrida de cada uma e luta enfrentada pelos antepassados. Mas aprenderam a viver a tal sonhada liberdade no agir e fazer dentro do quilombo.

Para Adchie (2015, p. 28)

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente.

Discutir gênero no quilombo é discutir a participação e a voz que essas mulheres possuem na comunidade de Serrote. Elas têm conhecimento e consciência do que deve ser feito ou transmitido. A base da comunidade é formada pela presença feminina, e esta presença está fortemente ligada à identidade e à oralidade. Esses dois elementos tornam-se fundamentais para o fortalecimento da luta territorial. Por isso esse fazer cultural foi introduzido na Escola da comunidade por meio do Batuque, podendo trabalhar bem com a questão de gênero por meio das histórias das mulheres e no papel da dança.

Um exemplo disso é poder trabalhar com educandos por meio da história de Maria do Serrote, responsável por cuidar de oito irmãos quando criança e de dez filhos. Sempre trabalhando na roça e em casa lutou contra a discriminação, desigualdade e por uma sociedade mais justa e igualitária. Lutou contra mandos e desmandos do governo municipal e pela autonomia da comunidade, na luta pela escola para os filhos e contra a construção de barragens na região, enfrentando prefeitos e funcionários da Chesf.

Os exemplos de luta das mulheres no quilombo do Serrote é uma marca de contra a opressão do patriarcado que se fixou na sociedade. Quando Marta Rodrigues e Fernanda Rodrigues descrevem o espaço da mulher no MAB, demonstraram a interação e abertura que a mulher tem no Movimento, e como exemplo e forma de transmissão dessas estratégias no sentido de fortalecer a luta de gênero a favor do feminismo negro para o quilombo do Serrote.

Por isso pensar na inteseccionalidade é pensar em união e articulação entre todas as formas de opressão; a percepção em que se localizam ajuda no seu combate.

Creshaw (2002, p. 8) afirma:

Gosto de começar mencionando que a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições.

A interseccionalidade está presente quando as mulheres do Batuque se unem com as do Quilombo do Cupira, na luta de gênero, território, identidade e contra a barragem, pois há a união de vários elementos e instituições que se inter cruzam. Na luta por direitos é preciso combater os preconceitos em todas as suas particularidades, pois o negro, a negra, o indígena, as pessoas com deficiência e as demais minorias sofrem de forma diferente. Por isso é importante que esse debate seja interseccional. De acordo com Ribeiro (2016, p. 2):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas as mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Pensar a intersecção é pensar na ligação que há entre a dança praticada por Cássia Sirlei no Batuque e a discussão que é feita na Escola, usando o Batuque como base para discutir racismo, gênero, etnias e as diferenças sociais.

3.5 Mulheres quilombolas: protagonismo e feminismo

Foram muitos os obstáculos que os negros tiveram de superar para conseguir sua sobrevivência, cultura, modo de olhar e se relacionar com o mundo. Os nossos ancestrais nos ensinaram não somente a viver, mas interagir com a natureza a nosso favor, e esse conhecimento milenar atravessa gerações. Por meio das histórias orais faz-se perceber a riqueza de interagir com seres espirituais que nos ensinam a reagir de forma corajosa a situações que foram e são impostas a nós no dia a dia. O conhecimento africano ancestral nos mostra que cada elemento da natureza fala da sua maneira e assim interage com o mundo.

As pedras falam, o rio fala, a mata e as plantas falam, os animais também falam. Esse mundo espiritual que se apresenta e dialoga com as pessoas é comum às pessoas da comunidade quilombola do Serrote, e essa herança espiritual não poderia deixar de estar presente neste trabalho, pois as ações das mulheres no Batuque e na comunidade foram essenciais para a construção da cultura que existe e estimula a construção da identidade de apropriação do território.

Desde a colonização do Brasil, as ancestrais africanas, foram usadas como objeto que serviam da cama à cozinha. Livrar-se desta herança colonial é um processo que está inserido na luta antidiscriminatória que deve ser assimilada por toda a sociedade. Muitos desafios ainda serão enfrentados a fim de alcançar o lugar legítimo de direito dos descendentes africanos, numa sociedade onde o conservadorismo, aliado ao preconceito e ao racismo, perpetuou-se durante séculos, inibindo expressões, retirando direitos e, muitas vezes, os deveres das cidadãs.

Uma viagem pela história da África faz despertar o conhecimento da história de várias mulheres negras, guerreiras que lutaram lado a lado com os homens negros. Perceber-se fruto da herança dessa luta é o combustível que move e direciona a ação das mulheres negras na luta e defesa de melhores condições de vida no país.

O colonialismo aqui no Brasil relegou a mulher africana e negra à escravidão e à retirada de direitos herdada pelas descendentes, mulheres negras e quilombolas, devido ao

processo de escravidão. O Nordeste foi maior parte da região de africanos escravizados. De acordo com Falci (2008, p. 241)

Ali se gestou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre “brancos” e “caboclos”. Dizer então que o sertão nordestino foi mais democrático em suas relações sociais e que não tirou proveito da escravidão é basear – se em uma historiografia ultrapassada, não mais confirmada pela pesquisa histórica. É basear-se em observações espantadas de governantes portugueses enviados da metrópole, ou viajantes ingleses que, vendo os números de casamentos interracialis, notando as inúmeras uniões consensuais de homens amancebados com pardas e caboclas e constatando a grande quantidade de filhos bastardos de cor mulata, pensaram que, talvez, aquela sociedade se pautasse pela existência de maior solidariedade e menor tensão entre as diversas camadas sociais. Isso não corresponde à verdade.

No Nordeste, assim como em outras regiões, imperou o escravismo e a exploração das mulheres negras. Os relacionamentos raciais eram baseados em estupros e não correspondia a interação e respeito às raças.

Para Falci (2008, p. 241), a presença de hierarquias regidas e gradações reconhecidas, em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o “culto” pelo grau do doutor, anel e passagem pelo curso jurídico de Olinda ou Universidade de Coimbra, ou mesmo o vaqueiro. O problema todo era ser escravo e negro. Entre as mulheres, a senhora, a dama, a dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida apareciam as “pipira” ou “cunhã” ou roceira e, finalmente, as escravas e negras.

O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. Já o princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o da cultura o preservava. Gados e terras eram o ideal de mulher naquele sertão. Raramente a mulher escrava do sertão se casava legitimamente. A realidade das mulheres negras e quilombolas, herdada do passado colonial é de lutar pela visibilidade e valorização do seu corpo. De acordo com Hahner (1978, p. 16)

No século XX, ser ao mesmo tempo negra e mulher constitui dupla desvantagem; as negras continuam a ocupar as posições mais baixas na sociedade. Apesar dessas mulheres raramente serem um peso a consciência de governos e elites, às vezes suas dificuldades recebem publicidade, talvez distorcida, por parte de alguns grupos, por exemplo, os estudantes radicais. O padrão da historiografia brasileira tem basicamente ignorado as mulheres, raramente ocupando-se delas sob qualquer perspectiva. Por anos a fio uma perspectiva política orientou a historiografia no Brasil, e poucas mulheres

atingiram proeminência política. Entretanto, mesmo essas receberam mínima atenção.

A atração do branco pela negra tem uma longa história no mundo luso-brasileiro, desde as primeiras lendas de princesas mouriscas encantadas até experiências com a escravidão africana. A propalada atração e receptividade da mulata brasileira estava intimamente relacionada à condição servil da escrava africana, que não estava em posição de resistir aos ataques de seus proprietários brancos. Pensar na luta pela sobrevivência das mulheres negras escravizadas é pensar também na luta dos quilombos pela sua existência. As histórias das mulheres guerreiras que ajudaram na formação dos quilombos ainda hoje são desconhecidas.

De acordo com Gonzales (1984, p. 223)

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

Um passado preso à escravidão e como mulher integrante da época ‘moderna’ vê-se, tiranicamente, ligada ao que se pode chamar de herança da escravidão: o confinamento na pobreza e na ignorância e a sujeição às regras do preconceito racial-estrutura que utiliza o grupo social dominante para garantir e manter a mesma estrutura racial.

Escrever mais um capítulo da história quilombola neste País é ter que enfrentar um descaso de políticas públicas voltadas para a população negra. Não podemos esquecer que cuidar das mulheres negras é garantir a vida do povo negro. As mulheres têm que enfrentar a luta da comunidade como agente de vida e manutenção da cultura, mas também como um elo entre o hoje e os nossos ancestrais. Para que esta ligação continue sempre viva na memória de luta das pessoas da comunidade é importante a prática dos costumes apreendidos com nossas ancestrais mulheres.

Tal contexto não é uma particularidade da mulher negra. Homens “de cor” compartilham com ela a mesma sorte. Há na verdade, certos aspectos que individualizam a mulher de cor dentro da escravidão e do atual confinamento. Nos velhos tempos da escravidão, a mucama, a criada dos sobrados e a “mulher do eito” eram negras e mestiças.

Eram funções vis, tidas como desprezíveis para a mulher branca. Só mais tarde, com a pauperização dos centros urbanos e do campo é que a mulher branca se viu envolvida nesta forma de ganhar a subsistência. Como escrava, a mulher de cor foi o grande esteio da mulher branca (HAHNER, 1976, p. 12)

O cultuar da dança do Batuque pelas mulheres na comunidade traduz não somente uma dança, mas um exemplo de resistência, que veio com nossas ancestrais há centenas de anos, nos porões dos navios e foram transmitidos com um novo olhar e pensar.

A luta da mulher na comunidade dentro da Associação Quilombola do Serrote também enfrenta o machismo por parte de alguns homens tendo que se impor a cada decisão e ação protagonizada na comunidade. A mulher que já foi e atualmente é presidente da Associação enfrentou sempre com luta o machismo e preconceito da sociedade, por isso sempre buscou a formação e adquiriu os conhecimentos para gerir a Associação e dialogar com as pessoas da comunidade. Uma das características que tenho desenvolvido na ação como mulher e como atual dirigente de Associação e na atuação como educadora é a atenção a escuta das pessoas e famílias, buscando a resolução de problemas e conflitos presentes nas comunidades. Um traço que diferencia os homens das mulheres na comunidade é a resolução de conflitos e estratégias de enfrentamento junto ao governo.

O feminismo, antes, discutiu gênero sem discutir as especificidades de etnias negra e indígena e não contemplou em suas discussões a violência secular a que foram submetidas essas etnias. Carneiro (2003, p. 118) afirma que o termo “enegrecendo o feminismo” é uma expressão que vem sendo utilizada para designar a trajetória das mulheres negras no movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero. Afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos assim o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, do

outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdade existentes entre essas mesmas mulheres.

A discussão de feminismo e gênero se difere quando tratamos das especificidades, pois as realidades enfrentadas pelas etnias aqui no Brasil são diferentes em elevados níveis de preconceito e exclusão. De acordo com Carneiro (2003, p. 118):

Grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades.

Para entender a realidade de luta das mulheres quilombolas na comunidade de Serrote, é preciso entender que cada passo da mulher é dado para vencer os preconceitos referentes à mulher negra, pois as dificuldades presentes dizem respeito ao passado colonial que subalternizou a negra e coisificou como um objeto sexual.

Quando a quilombola sai de sua comunidade para estudar e trabalhar precisa se impor a lutar pelos direitos que foram historicamente negados, como: saúde que contemple a população negra, em específico a luta pelo tratamento da anemia falciforme, miomas e cânceres, pois há vários casos nos quilombos e já houve um caso de morte por descaso do governo em propiciar estudos sobre a doença.²⁷ Há descaso nos hospitais e isso vem fortalecer o trabalho das benzedadeiras na comunidade, que fazem um trabalho social de tratamento e cura dos males físicos e espirituais. Problemas apresentados mostraram a situação presente na comunidade e a influência no modo de viver das pessoas.

Moreira (2007, p. 6) afirma que:

A conquista da representação no campo político é uma possibilidade para que as feministas negras formulem políticas que atendam às suas demandas. Nesse sentido essa conquista encerra parte do processo – da identidade e representação do feminismo negro frente ao feminismo tradicional e o movimento negro – ao mesmo tempo em que se inicia no interior do feminismo negro uma luta para a compreensão das singularidades que se inserem na identidade das mulheres negras.

²⁷ Uma moradora da comunidade quilombola do Serrote que morreu de Anemia Falciforme.

O feminismo abrange em suas discussões por políticas públicas todas as demandas das mulheres negras.

Para Hooks (2013, p. 166):

Compreendíamos naquela época e agora o quanto a crítica do sexismo e o esforço organizado para afirmar a política feminista nas comunidades negras podiam ter efeito libertador não só para as mulheres como também para os homens. O comprometimento com a política feminista e com a luta pela libertação negra significa que tenho de ser capaz de confrontar as questões de raça e gênero dentro de um contexto negro, proporcionando respostas significativas para perguntas problemáticas e meios acessíveis e apropriados para comunicar essas respostas.

A luta das mulheres negras e quilombolas de Serrote é uma busca por encontrar soluções para os problemas enfrentados, como também para a construção de estratégias a fim de efetivar as leis e políticas públicas voltadas para o povo quilombola. São necessárias articulações e parcerias sempre com o intuito de dialogar com outras minorias em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. O trabalho com o Batuque na comunidade do Serrote é parte desta busca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um estudo sobre a comunidade quilombola do Serrote e como o trabalho do Batuque tem auxiliado no fortalecimento da identidade negra e quilombola. Trouxe também a história das mulheres do Batuque, as relações com a ancestralidade ainda presente em suas histórias contadas e histórias de vidas.

Neste trabalho tentei demonstrar e denunciar a situação de vulnerabilidade que minha comunidade vive e tantas outras na região pernambucana onde está localizado Serrote. Os grandes empreendimentos de hidrelétricas são uma ameaça constante. Esses empreendimentos, marcados pela ideia de desenvolvimento, ameaçam a destruição de costumes, tradição oral e cultural da comunidade quilombola do Serrote.

A imposição desses empreendimentos governamentais é uma violência e ao direito à vida e à cultura de nossos antepassados. A riqueza cultural que existe no quilombo do Serrote faz parte de uma tradição oral advinda dos descendentes de africanos. Esta tradição oral sobrevive até hoje, pela força e resistência que o povo negro e as mulheres lutaram para manter tão presente ainda hoje na dança tradicional do Batuque, que apesar de todas as dificuldades e influências de outras culturas permanece viva como exemplo de cultura, arte e dança.

Discutir essas histórias é destacar a importância que elas têm no processo identitário para as futuras gerações e nas ações de afirmação da comunidade. Esta riqueza oral e ancestral está sendo ameaçada atualmente pela ausência e omissão na aplicação de leis voltadas ao povo quilombola.

Descrever neste trabalho as histórias orais das mulheres negras é dar voz às mulheres que na história de colonização e pós-colonização foram caladas e relegadas ao silêncio. A mulher negra foi inferiorizada e suas descendentes têm um longo caminho a percorrer na superação, luta, quebra de preconceito e racismo. Por isso foram trazidas as histórias contadas dos tambores no pé de Serrote onde os negros foram libertados; a história do “Salão encantado”; do “Moquém que assombrava”; da “Pomba encantada” que protegia, e acredito que ainda protege toda a comunidade; a história do cavaleiro, que ao mesmo tempo que amedrontava, também protegia a comunidade. Toda essa tradição oral, cultural, espiritual e

ambiental presente no quilombo do Serrote é parte da luta do povo negro para manterá viva a sua história e aqui deixo parte deste registro.

As questões que trouxe ao longo desta Dissertação Narradoras do Batuque: protagonismo e identidade no Quilombo do Serrote, não se encerram aqui. Por meio da luta e atuação nos espaços de participação, nós mulheres de Serrote, em parceria como o MAB conseguimos paralisar a obra da construção das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca. Mas as ameaças não se extinguiram e nossa luta ainda continua pela manutenção do nosso patrimônio material e imaterial.

Concluo este trabalho observando que essa problemática não se restringe só ao quilombo do Serrote, mas a maioria dos quilombos no Brasil. As ameaças de extinção dos conhecimentos ancestrais quilombolas são constantes e isso significa a perda da identidade não somente do povo negro, mas também da identidade cultural brasileira.

Trouxe aqui o Batuque, suas narradoras e como as mulheres negras do Quilombo do Serrote têm se posicionado em torno da identidade com o território onde vivem e viveram seus ancestrais. O trabalho é um registro dessa riqueza cultural e como temos nos mobilizado para as novas gerações do Serrote possam também usufruir dessa herança cultural. É com o Batuque e assumindo outras frentes de luta que temos nos afirmado enquanto quilombolas e mulheres do Batuque do Serrote.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, p. 1-31, 2003.

ADCHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 77 p.

ALBERNAZ, S. L.; TAVARES, C.; BUARQUE, C. M.; MEIRA, F.; CAVALCANTI, R.; SOUZA, R.; SILVA, R. **Mulheres Construindo a Igualdade**. Caderno Etnicorracial. Recife: Pernambuco, Secretaria da Mulher, p. 102-112, 2011. 216 p.

ALMEIDA, M. W. B. Direito a floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19, nº 55, p. 33-53, 2004.

ARAÚJO, M. J. M. **O Batuque e o Marabaixo Protestante, Panorama Musical do Quilombo do Mel da Pedreira**. São Paulo, 2016. p. 148. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ASSIS, D. **Sobre Griots: Por uma história das Mulheres negras, por elas mesmas**. 2014, p. 12. Dissertação. Universidade Federal da Bahia - PPGNEIM, Bahia,

BOSI, E. **Memória e sociedade – Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

CASTELLS, M. (1942). **O poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 21-30.

CHAPELCO. **Santa Maria da boa Vista**. Disponível em:
<<http://www.prefeituraboavista.pe.gov.br/chapelco/site/aceso>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

CRESHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**, Paine 1, p. 7-16, 2002.

DELGADO, L. **História Oral: memória, tempo, identidades**. São Paulo: Autêntica Editora, 2006. 136 p.

DIAS, P. A outra festa negra. In: ANCSÓ, I.; KANTOR, Í. (Orgs.). **Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, vol. 2, 2001.

DIEGUES, A. C. D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente/Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas em Áreas Húmidas. São Paulo: 2000. p. 1-29.

FALCI, K. M. **Mulheres do Sertão Nordestino**. In: PRIORI, M. Del (Org.). BASSANEZI C. (Coord. de textos). 9ª ed., 1º reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 241-317.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989. 110 p.

FERREIRA, M. M. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FREIRE, L. **Sertão Quilombola: a formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano**. Recife: SDDH, Centro de Cultura, 2008. 148 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 54 p.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. 2ª ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. 277 p.

FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2003. 142 p.

GEBARA, I. **Cultura e Relações de gênero, Caderno**. São Paulo: Misereor, 2002. p. 92.

GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999. p. 424.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HAHNER, J. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 176.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins fontes, 2013. 282 p.

INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/Quilombolas/legislacao_quilombola_condensada.pdf>.

JORNAL EXTRA. Disponível em: <<http://novoextra.com.br/outras-edicoes/2016/874/23310/rio-sao-francisco-enfrenta-pior-seca-de-sua-historia>>.

JOUTARD, P. Desafios à História oral do século XXI. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V.; (Org.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 31-46.

KUARK, F.; MANHÃES, F.; MEDEIROS, C. **Metodologia da Pesquisa: guia prático**. Itabuna, Ba: Via Litterarum, 2010. p. 88.

LEITÃO, C. de M. **Visitantes do Primeiro Império, 1934**. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>. Acesso em: 1 maio 2017.

LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1948. p. 112.

LEITE, I. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000,

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. 4^aed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 323-366.

LEYDESDOFF, S. Desafios do Transculturalismo. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 73-81.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: 2002. 32 p. (Série Antropologia, n° 322)

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/category/tema/riacho-seco>>.

MEIHY, J. C. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 85-97.

MELO, J.; GONÇALVES, C. U. **Impactos Socioambientais da Construção da Usina de Riacho Seco no município de Santa Maria da Boa Vista, PE**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7°. Petrolina, PE, nov. 2016. 12 p. (2014)

MENDONÇA, M.; WERNECK, J.; WHITE, E. **O livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2000. p. 62-68.

MOREIRA, N. Sujeitos do Feminismo: Políticas e teorias ST.06. In: **Representação e identidade no feminismo negro brasileiro**. UESB, 7 p.

MOREIRA, N. R. **O Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas.

MOURA, G. **Festa dos Quilombos**. Brasília: UnB, 2012. 184 p.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 152 p.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 184 p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 30)

PACHECO, A. C. **Mulher Negra: afetividade e Solidão**. Salvador: Edfuba, 2013. 382 p.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução de: Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1976.

PORTELLI, A. Memória e Dialogo: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000. p. 66-71.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016,

SABOURIN, E. **Sociedades e Organizações Camponesas**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRS, 2011. p. 272

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução de: Regina Regis

Junqueira. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia: Edusp, 1975.

SAHLINS, M. O “**pessimismo sentimental**” a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I), 1997, v. 3, p. 41-73.

SANTHIAGO, R. **História oral e as artes: percursos, possibilidades e desafios**. 2013. p. 155-187. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

SELA, E. **Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Unicamp, 2008.

SILVA, G. Reflexão sobre a formação de professores e professoras e a construção da educação escolar quilombola. In: SILVA, K. A.; LIMONTA, S. V. (Org.). **Formação de professores na Perspectiva Crítica: Resistência e Utopia**. Brasília: UnB, 2014. p. 93-105.

SKYSCRAPERCITY. **Usinas Hidrelétricas de Pedra Branca e Riacho Seco - Submédio do Rio São Francisco (BA/PE)**. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

SPÍNDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisadora. **Revista Esc. Enferm.**, USP, São Paulo, 2003. p. 119-126.

THEODORO, H. **Mito e Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996. p. 36-38.

WIKIPEDIA. **Santa Maria da Boa Vista**. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_da_Boa_Vista>. Acesso em: 6 abr. 2016.

APÊNDICES**APÊNDICE 1**

Pesquisa: NARRADORAS DE HISTÓRIAS DO BATUQUE: PROTAGONISMO E
IDENTIDADE NO QUILOMBO DO SERROTE

Pesquisadora: Elaine Lopes de Souza

Nome do entrevistado _____ Data: ___/___/___

Endereço _____

Profissional: _____

Roteiro de entrevista para as mulheres do Batuque

- 1- Quais as histórias orais sobre o batuque que você conhece da comunidade?
- 2- Como você se inseriu na luta pela defesa da identidade e manutenção da cultura do batuque?
- 3- Descreva a sua participação no batuque.
- 4- Como você percebe o batuque como fator de identidade na comunidade do serrote.
- 5- Quais são os valores repassados por meio do batuque para as pessoas da comunidade.

APÊNDICE 2

Pesquisa: NARRADORAS DE HISTÓRIAS DO BATUQUE: PROTAGONISMO E
IDENTIDADE NO QUILOMBO DO SERROTE

Pesquisadora: Elaine Lopes de Souza

Nome do entrevistado _____ Data: __/__/__

Endereço _____ Profissio
nal: _____

Roteiro de entrevista para as crianças do batuque

- 1- Você gosta de dançar o batuque?
- 2- O que você sente quando dança o batuque?
- 3- Quem você percebe que mais participa do batuque?
- 4- Qual o motivo de ter mais a participação de mulheres no batuque?

APÊNDICE 3

Pesquisa: NARRADORAS DE HISTÓRIAS DO BATUQUE: PROTAGONISMO E
IDENTIDADE NO QUILOMBO DO SERROTE

Pesquisadora: Elaine Lopes de Souza

Nome do entrevistado _____ Data: ____/____/____

Endereço _____

Profissional: _____

Roteiro de entrevista para representantes do Cupira

- 1- Qual o papel das mulheres na luta e defesa da comunidade?
- 2- Qual a relação e pontos em comum da comunidade com o movimento de atingido por barragem?
- 3- Como é o espaço de participação das mulheres na luta contra o processo de barragem e participação no MAB?
- 4- Quais as ações que foram realizadas para o fortalecimento da identidade quilombola na comunidade?

APÊNDICE 4**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de
identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº
_____, residente na _____, S/N no
município de Santa Maria da Boa Vista/Pe. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e
qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada na Dissertação de autoria de
Elaine Lopes de Souza, intitulada “Narradoras do Batuque: Protagonismo e Identidade no
Quilombo do Serrote. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas:
(I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder
de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes;
(VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa
para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso
acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha
imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Santa Maria da Boa Vista-PE, 5 de Maio de 2017

(Assinatura)

Nome: _____

Telefone p/ contato: _____

APÊNDICE 5

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM CRIANÇA

Neste ato, _____,
 nacionalidade _____, menor de idade, neste ato devidamente representado por
 seu (sua) (responsável legal), _____
 _____, nacionalidade _____, estado civil
 _____, portador da Cédula de identidade RG
 n°. _____, inscrito no CPF/MF sob n°
 _____, residente na Comunidade Quilombola do Serrote ,
 n°. ___S/N_____, município de Santa Maria da boa Vista- Pe. AUTORIZO o uso de minha
 imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada na
 Dissertação de autoria de Elaine Lopes de Souza, intitulada “Narradoras do Batuque:
 Protagonismo e Identidade no Quilombo do Serrote. A presente autorização é concedida a
 título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e
 no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala
 direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em
 geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeos,
 televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha
 vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título
 de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em
 02 vias de igual teor e forma.

Santa Maria da Boa Vista-PE, 5 de Maio de 2017.

 (Assinatura)

Nome da criança: _____

Por seu Responsável Legal: _____

Telefone p/ contato: _____